



# Anais da Assembléia

N. 72

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE JUNHO DE 1986

ANO XII

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 59.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 1986  
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Amélia Hruschka e Djalma de Almeida César.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Anibal Khury, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Irondi Pugliesi, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Werner Wanderer (30). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Artagão Mattos Leão, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Ervin Bonkoski, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Trajano Bastos e Wilson Fortes (28).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação ao Projeto de Lei n. 132/86, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n. 73/86, objetivando alterar dispositivos da Lei n. 7051, de 04/12/78.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) ORLANDO PESSUTI.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Preferência de Votação aos Projetos de Lei n. 306/85, 330/85 e 90/86, constantes da Ordem do Dia da Sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Preferência de Votação ao Projeto de Lei n. 137/86, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) GILBERTO CARVALHO.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Preferência de Discussão e Votação aos Projetos de Resolução n. 42 e 43/86, constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

Apoio: GERNOTE KIRINUS.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Dispensa de Votação da Redação Final para todos os projetos aprovados em Terceira Discussão e que não sofreram emendas nas suas tramitações inclusive os que poderão ser aprovados na sessão do dia 30 do corrente.

Sala das Sessões em 30/06/86.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após aprovação do Plenário, o registro nos Anais da Casa, de voto de pesar

pelo falecimento do Sr. ÊNIO WULFF, Vereador da Câmara Municipal de São Jorge do Oeste, em data de ontem, 29 de junho de 1986.

Que da decisão se dê ciência à família enlutada e às autoridades daquele município.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

Entristecida, a comunidade de São Jorge do Oeste despede-se de seu concidadão e defensor de seus interesses.

Justamente pela dedicação às causas do município, o povo de São Jorge do Oeste deliberou honrar Ênio Wulff, com o mandato de vereador, missão que vinha desenvolvendo com seriedade, altivez e desprendimento.

Em meio ao cumprimento de suas dignas funções, veio a falecer, provocando profunda tristeza aos que tiveram a ventura de provar do seu relacionamento.

Por isso, o dever desta Assembléia, em tributar esta homenagem à memória de Ênio Wulff.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições regimentais, que lhe conferem o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de pesar pelo falecimento, em data de 20 de junho próximo passado, do Dr. ANTÔNIO JORGE RIBEIRO DE CAMARGO, uma das expressões mais significativas da medicina paranaense, que pelo seu espírito de pioneirismo, ao construir o Hospital São Lucas, em 1946, dentro de padrões totalmente novos para a época, montou uma estrutura de atendimento que até hoje é exemplar.

Formado pela Universidade Federal do Paraná, em 1939, realizou vários cursos de especialização em São Paulo, no Sanatório São Lucas, e na Beneficência Portuguesa. Foi membro de entidades médicas nacionais e internacionais, como a Associação do Colégio Brasileiro de Administradores Hospitalares.

Também Presidente do Sindicato dos Hospitais e Casas de Saúde do Paraná, entre 1969 e 1971; Presidente da Associação de Hospitais do Paraná, de 73 a 75; membro fundador da Federação Brasileira de Hospitais, entre outros.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, que seja encaminhada comunicação à família do pranteado.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Nascida na cidade de Jaú, no Estado de São Paulo, em 28 de fevereiro de 1903, a Sra. NARCISA VALEZI chegou no Município de Campina da Lagoa, há mais de vinte anos atrás.

Ali estabeleceu-se, acreditando na generosidade de seu povo, na fertilidade de sua terra, e superando dificuldades que, atualmente desapareceram, mas que na época exigiam muita vontade e coragem para ajudar no desbravamento das matas, onde em seu lugar brotou a cidade pujante que é Campina da Lagoa.

Casada com Luiz Cantarelli, de cuja feliz e sólida união nasceram Maria, Ana, Angelina, Ilda, Tereza e Luiza, além de outros filhos já falecidos: Antônio, Aristides, Domingos, Osvaldo e José. Todos eles educados no mais alto espírito da fé cristã, na fraternidade e no respeito ao próximo.

Seu falecimento, aos 83 anos de idade, não entristeceu tão somente seus familiares, mas seu imenso círculo de amizades, que fica enlutado, pois perde uma pessoa de infinitas virtudes, exemplos que por certo são tão perenes quanto foi a sua passagem neste universo.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ELIAS JACOB DURA, ocorrido dia 25 de junho, em Ponta Grossa. Comerciante, membro de tradicional família princesina.

O extinto era viúvo da Sra. Francisca Khalil Dura, e deixa os seguintes filhos: Ricardo Elias, casado com Inês; Ilda Cavagnari, casada com Orlando; Jacob Elias, casado com Erediene; Cenira Nasser, casada com José; Inácio Elias, casado com Marisa; Eduardo, casado com Lídia e Leila Elias, solteira. Deixa ainda netos.

Requer, outrossim, que seja dada ciência da decisão do Plenário à família enlutada, à Rua Ernesto Vilela, 390, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do menor HENRIQUE TOLESE DE SIQUEIRA, ocorrido

no dia 19/06 do corrente, na cidade de Almirante Tamandaré.

Outrossim, solicitamos que seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de seu genitor, Sr. JOÃO BATISTA SIQUEIRA NETO, DD. Vereador Municipal, residente à Av. Emílio Johnson, 931, no Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) ACIR MEZZADRI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n. 140/83, de sua autoria, que dispõe sobre a transformação da Secretaria de Estado de Recursos Humanos em Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Humana, tendo em vista a sanção do Projeto de Lei n. 51/86, transformado na Lei n. 8.286, que criou a Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários.

Sala das Sessões em 30/06/86.

(a) GERNOTE KIRINUS.

PROJETO DE LEI N. 140/83  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

SÚMULA: Dispõe sobre a transformação da Secretaria de Recursos Humanos em Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Humana, e dá outras providências.

Art. 1.º - A Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, criada pela Lei n. 6636/74, fica transformada em Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Humana.

Art. 2.º - A Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Humana, tem por finalidade prestar assistência ao trabalho e ao trabalhador, e suas organizações, bem como fomentar a promoção social do trabalhador, no âmbito da Administração Estadual, e assessorar os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, na administração de seus Recursos Humanos.

Art. 3.º - A Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Humana, é órgão competente, para a nível estadual manter acordos, convênios, ajustes e contratos com organismos relacionados ao trabalho e à promoção social do trabalhador.

Art. 4.º - A Secretaria do Trabalho e Promoção Humana caberá:

I - Assistir o trabalhador e suas organizações em todo o território do Estado.

II - Colaborar para a manutenção da Paz Social, através de elaboração de Políticas Estaduais de Formação de mão-de-

-obra, Emprego, Salários e condições de trabalho.

III - Tomar medidas tendentes a evitar o desemprego e promover a colocação de mão-de-obra disponível.

IV - Atuar na programação e desenvolvimento do lazer e recreação do trabalhador em conjunto com Entidades Patronais e Trabalhadoras.

V - Atuar na formação de mão-de-obra, a nível estadual, em conjunto com Entidades Patronais e Trabalhadoras e em consonância com a Política Estadual de Emprego e Formação de Mão-de-Obra.

VI - Promover o fomento e o desenvolvimento do sindicalismo, através do amparo e orientação de suas atividades.

VII - Manter relacionamento com organismos que congregam empregados e empregadores.

VIII - Desenvolver e manter Sistema de informações sobre o comportamento das variáveis intervenientes no mercado de trabalho.

IX - Colaborar com o Ministério do Trabalho e Justiça do Trabalho, na fiscalização das condições de trabalho, bem como nas relações de trabalho.

X - Criar mecanismos de controle sobre a migração intermunicipal e interestadual de trabalhadores qualificados ou não.

XI - Estimular o trabalhador a unir seus esforços no aspecto associativo, a fim de obter o desenvolvimento comunitário.

XII - Promover a orientação familiar ao trabalhador e seus dependentes, programando ações que visem a melhoria de sua condição de vida.

XIII - Coordenar os programas de habitação de natureza social, priorizando os segmentos de trabalhadores e regiões geo-econômicas, a serem atendidas.

XIV - Assistir ao menor abandonado ou carente, levando para uma melhor condição de vida, através de sua preparação profissional e garantindo-lhe o primeiro emprego.

XV - Proporcionar mecanismos de assistência e socorro aos trabalhadores vítimas de calamidade pública, ou mutilação oriunda do trabalho.

XVI - Propor mecanismo de estímulos à implantação de indústrias, comércios ou serviços que se enquadrem às potencialidades locais e que no processo produtivo utilizam-se de mão-de-obra intensiva, e de trabalhadores em condições de primeiro emprego.

XVII - Descobrir, atrair, obter, manter o desenvolvimento de recursos humanos para a administração direta e autárquica.

XVIII - Admitir, contratar, dar posse e lotar o pessoal de qualquer regime jurí-

dico, bem como alocar temporária ou definitivamente, nas Secretarias de Estado, para serviços periódicos e permanentes.

XIX - Movimentar o pessoal, coordenando a avaliação do desempenho para fins de promoção, progressão, treinamento, disponibilidade e dispensa a administração de cargos, funções e salários, capazes de distinguir, objetivamente, clientela funcional pelos níveis de responsabilidade e natureza das obrigações face aos programas governamentais.

XX - Administrar e atualizar o cadastro central de recursos humanos, estendendo-se à administração indireta, para o inventário e o diagnóstico permanente da força de trabalho disponível na administração pública, facilitador do recrutamento interno, programação de admissões, concessão de direitos e vantagens, análise dos custos para o processo decisório e aumentos periódicos a promoção de programas médicos e assistências, outras atividades correlatas.

Art. 5.º - É a seguinte a Estrutura Básica da Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Humana:

I - Secretário de Estado.

II - Órgãos Colegiados:

a. Conselho Estadual de Emprego e Mão-de-Obra - CEMO.

b. Conselho Deliberativo de Pessoal - CDP.

c. Conselho Estadual de Política Sindical - CEPS.

d. Conselho Estadual de Assistência e Previdência - CEAP.

III - Unidade de Assessoramento direto e imediato ao Secretário de Estado:

a. Gabinete

b. Assessoria de Imprensa - AI

c. Assessoria Jurídica - AJ

d. Assessorias Técnicas - AT

IV - Unidades de Gerência:

a. Diretor Geral (do Trabalho)

V - Unidades Instrumentais:

a. Grupo de Planejamento Setorial - GPS

b. Grupo Financeiro Setorial - GFS

c. Grupo Administrativo Setorial - GAS

d. Grupo de Recursos Humanos Setorial - GRHS

VI - Unidades de Execução Programática:

a. Coordenadoria de Gestão de Recursos COG

b. Coordenadoria de Controle de Recursos Humanos - CRH

c. Coordenadoria de Emprego e Mão-de-Obra - CEMOB

d. Coordenadoria de Assistência ao Trabalho - COAT

e. Coordenadoria de Desenvolvimento das Relações de Trabalho - CDRT.

Art. 6.º - Ficarão vinculados a esta Secretaria, os seguintes órgãos:

IPE, FIDEPAR, DETEPAR, COHAPAR, PROMOPAR e IAM, cujas estruturas serão aproveitadas, ficando os mesmos totalmente desvinculados das Secretarias a que pertenciam.

Art. 7.º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar mediante Decreto, no período de 90 (noventa) dias, após a publicação desta lei a estrutura básica da Secretaria do Trabalho e Promoção Humana, bem como as transferências referentes à programação orçamentária e patrimônio da extinta Secretaria de Estado dos Recursos Humanos e dos demais órgãos pertencentes às outras Secretarias.

Art. 8.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19/09/83.

(a) GERNOTE KIRINUS

Deputado Estadual

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração de um voto de congratulações ao Deputado Federal Antônio Mazurek, pela aprovação da Câmara Federal, em sessão de 25 do corrente mês de junho, do projeto de sua autoria instituindo a Universidade Federal do Oeste do Paraná, com atuação em toda a região oeste do Estado e integrando as unidades de ensino superior de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon.

Requer, outrossim, que se dê ciência do inteiro teor deste requerimento ao autor do projeto, Deputado Federal Antônio Mazurek, aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, aos Líderes das Bancadas com assento no Congresso Nacional, bem como aos prefeitos, presidentes de Câmaras Municipais e diretores de estabelecimentos de ensino superior da Região Oeste do Estado, congratulando-se com a aprovação do projeto instituindo a Universidade Federal do Oeste, antiga reivindicação de toda aquela vasta região paranaense.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

#### JUSTIFICATIVA:

Requer-se ainda, que a Secretaria da Assembléia Legislativa comunique a todos os diretores de Escola da Rede Oficial de Primeiro e Segundo Graus, do Núcleo Região Oeste do Paraná.

A aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de autoria do ilustre Deputado Federal paranaense Antônio Mazurek,

instituindo a Universidade Federal do Oeste, vem ao encontro de antiga reivindicação de toda a população da extensão e progressista região do oeste paranaense.

Como afirma o próprio autor do projeto, em sua justificação, a decisão de criar a Universidade Federal do Oeste do Paraná é, atualmente, um consenso manifesto pela população, lideranças políticas, educacionais e comunidades acadêmicas da região.

E mais ainda: é uma vitória da população do Paraná, especialmente a que habita aquela região de explosivo crescimento e que aguardava ansiosamente pela expansão e aprimoramento do ensino de Terceiro Grau.

Lamentavelmente o Governo José Richa, não cumpriu a promessa de estadualizar o ensino superior em Cascavel e muito menos os Deputados Federais do PMDB governista tiveram a iniciativa que norteou a atuação de Odeni Mongruel.

É bom de se registrar o que conseguiu esse jovem e brilhante parlamentar pedesista: aprovar nas negociações das votações do Congresso Nacional a criação da Universidade do Oeste do Paraná.

É assim que se negocia em política: em favor do povo, em louvor da educação e não em razão de interesses pessoais ou eleitorais como têm feito muitos falsos líderes da Região Oeste do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação ao Ilustríssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação do Distrito Judiciário de Bourbonia, localidade pertencente à municipalidade de Barbosa Ferraz.

A presente medida, quando concretizada, permitirá, sem nenhuma dúvida, eliminar uma série de transtornos para os habitantes daquela progressista coletividade, quando precisam utilizar-se de serviços de Cartório, tendo que se deslocar até a sede do município, por exemplo.

Ademais, cabe afirmar que se trata de uma solicitação que o povo de Bourbonia luta há muito tempo, conforme afirma o Ilustríssimo Sr. Laertes Rosima.

Pela exposição de motivos, espera-se o necessário apoio desse Tribunal, para a presente reivindicação.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimen-

tais, REQUER o envio de expediente ao Dr. Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que a guarita da PRE seja instalada nas proximidades do Município de Santa Helena, na altura da localidade da Esquina Céu Azul.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

Aproveitaria o controle do entroncamento viário Santa Helena - Missal e Santa Helena - Vera Cruz.

A localização cogitada em Diamante, obrigatoriamente, levaria a duplicação de esforços em nova guarita para o controle da futura Rodovia Santa Helena - Missal, visto que só iria controlar Vera Cruz - Santa Helena.

Além do que, a instalação ora requerida, reforçaria a presença de força policial junto ao Lago de Itaipu, onde são freqüentes as travessias de carros roubados ao Paraguai.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Ilustríssimo Sr. Presidente da ACARPA, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, no intuito da designação de um engenheiro agrônomo para a municipalidade de Roncador.

É lamentável que uma região que tanto tem contribuído em termos de produção agrícola, fique sem poder contar - para o período plantio à colheita -, com técnicos para orientar o setor rural. As consequências de tal realidade já vêm sendo há muito tempo sentidas, de acordo com o que diz o Excelentíssimo Sr. Joaquim Rodrigues da Silva, integrante do Poder Legislativo de Roncador, dado aos reclamos por parte da população.

Torna-se imprescindível resolver o problema. Neste sentido, que essa Pasta, num menor prazo de tempo possível, dê a atenção esperada, designando um engenheiro agrônomo para Roncador.

Sala das Sessões em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetida correspondência dirigida a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, encarecendo a realização de estudos visando a criação do Segundo Grau, no Distrito Admi-

nistrativo de Rancho Alegre d'Oeste, pertencente à municipalidade de Goioerê.

Torna-se perfeitamente desnecessário dizer da importância sócio-econômica de Rancho Alegre d'Oeste, em relação ao Município de Goioerê. Em que pese os benefícios existentes naquela progressista coletividade, alcançados nos últimos anos, por outro lado, muito por fazer, no sentido de seu bem-estar social.

Dentre os problemas enfrentados, o maior deles, fora de qualquer dúvida, diz respeito ao setor educacional. Nos últimos anos tem crescido cada vez mais o número de jovens que concluem o primeiro grau, e não prosseguem seus estudos exatamente pela falta de uma escola de segundo grau no distrito.

Ademais, vale dizer que os poucos alunos que iniciam o segundo grau, deslocam-se até a sede do município, porém muitos não conseguem concluí-lo, ante as dificuldades impostas, com o alto custo do transporte escolar.

O povo trabalhador de Rancho Alegre d'Oeste não tem se cansado de insistir na reivindicação. Inclusive, realizaram, recentemente, um abaixo-assinado, liderados pelo Padre Marcelino Bravo, pedindo a implantação do segundo grau.

Pelas razões que se apresentam, que essa Secretaria de Estado da Educação estude a viabilidade do atendimento do presente pedido, que, aiás é uma justa aspiração.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, visando a construção de um trevo na BR-369, no acesso à municipalidade de Juranda.

O grande fluxo de veículos ao longo da BR-369, também a principal saída de Juranda com outras cidades, são fatores que têm determinado a ocorrência de vários acidentes, muitos deles com sérias conseqüências. Tal situação é devido à dificuldade que enfrenta o motorista ao ter que rumar para a BR-369, vindo de Juranda e vice-versa, não encontrando sinalização e visibilidade necessárias.

Assim sendo, baseando-se na proposta do Excelentíssimo Sr. João Calixto de Oliveira Neto, integrante do Poder Legislativo, apoiado pela Administração e pelo Diretório do Partido do Movimento Democrático Brasileiro local, que essa Pasta determine o estudo quanto a real possibilidade

desta que é, seguramente, uma justa postulação da comunidade jurandense, no sentido de ter maior segurança no setor rodoviário.

Sala das Sessões em 30 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Superintendente, tendo em vista o desenvolvimento da cidade de Maringá como planejada e seu crescimento em importância econômica no cenário brasileiro, notadamente no setor de exportações, com 60 empresas exportadoras registradas junto à CACEX do Banco do Brasil, que geram mais de 200 milhões de dólares anuais em exportação, motivo pelo qual a Carteira de Câmbio Autônoma se faz necessária.

Sendo Maringá um dos principais centros brasileiros produtores e exportadores de soja, depende de Curitiba para exportação, no que se refere a documentação, obrigando as empresas a manterem um escritório próprio na Capital do Estado, ou se utilizarem de despachantes, com conseqüente transferência de poderes, expondo perigosamente seus flancos, motivo fundamental da criação de um complexo próprio de soja para Maringá, conforme reivindicação, diretamente ao Superintendente, quando da sua visita, da ACIM - Associação Comercial e Industrial de Maringá, entidade que há 33 anos luta em defesa dos interesses da livre iniciativa.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação dirigida a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, encarecendo a realização de nova pintura nas instalações da Escola Estadual Dom Bosco - Ensino de Primeiro e Segundo Graus, na municipalidade de Mariluz.

Devido tratar-se de uma edificação construída há alguns anos, sofreu suas instalações o desgaste natural com o tempo. Atualmente, com as paredes, tanto internas como externas, sem pintura, elas até mesmo vêm comprometendo a higiene do referido prédio.

Assim sendo, acatando sugestão da Ilustríssima Sra. Maura da Silva Zanata, Diretora daquele estabelecimento, que essa Pasta dê o necessário auxílio para a rea-

lização de uma nova pintura na Escola Estadual Dom Bosco.

Sala das Sessões em 30/06/86.

(-) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Dr. João Elísio Ferraz de Campos, Governador do Estado do Paraná, para que seja feita revisão nas vantagens dos funcionários que prestam serviços nas CIRETRANS e Postos de Serviços de Trânsito, do Estado do Paraná.

Esses funcionários tiveram um achatamento salarial, tendo em vista o pacote econômico e, em consequência de dois salários mínimos, na ordem de 25% a menos.

A arrecadação das CIRETRANS é vultuosa, sendo repartida com outros órgãos públicos. Não é justo, portanto, que os funcionários que fazem gerar essa arrecadação, passem por privações, no que concerne à sua remuneração.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, estudos no sentido de se estender o ensino de quinta à oitava séries, no Colégio Estadual Barão do Rio Branco, na Vila Guadiana, de Mandaguáçu.

Esta é uma justa reivindicação do nobre edil Marcos Antônio Rocco, que tem recebido reivindicações da clientela estudantil desse populoso bairro, em apoio aos vereadores, conforme xerox anexo.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e à TELEBRÁS, no sentido de que a TELEPAR seja autorizada a reinvestir o seu "superavit" anual de caixa, deixando de fazer o recolhimento compulsório à TELEBRÁS, a fim de que a Companhia de Telecomunicações do Paraná tenha condições de suprir as necessidades do Estado no setor de atendimento e expansão das telecomunicações.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) GILBERTO CARVALHO.

#### JUSTIFICATIVA:

Por intermédio de diversas Câmaras Municipais, tem chegado até nós a preocupação relacionada com a continuidade do bom trabalho prestado pela TELEPAR no setor de atendimento e expansão da rede de telecomunicações.

Ocorre que, por força de legislação, a TELEPAR não tem podido reinvestir o "superavit" anual de caixa em virtude da obrigatoriedade do recolhimento compulsório à TELEBRÁS desse superavit.

Assim sendo, solicitamos o envio de expedientes à Secretaria do Planejamento da Presidência da República e à TELEBRÁS, ressaltando a necessidade para que a TELEPAR possa reinvestir o seu superavit, a fim de proporcionar melhor atendimento nas condições das comunicações às populações mais afastadas dos centros urbanos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando, através do DER, serviços de reparos na sinalização da PR-468, no trecho que liga as cidades de Janiópolis a Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A sinalização no trecho citado não está correspondendo às normas de segurança desejadas. Tendo em vista tratar-se de importante estrada para o escoamento da produção agrícola daquelas localidades e região, é necessário proceder serviços de reparos e conservação na sinalização do citado trecho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Luiz Cordoni Júnior, MD. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando medicamentos para o mini-Posto de Saúde de Alvorada, Distrito do Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) AMÉLIA HRSCUHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

Diversos moradores daquela localidade têm solicitado melhorias no atendimento daquele mini-Posto de Saúde, através do



fornecimento à população de medicamentos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando, através do DER, serviços de reparos na sinalização da BR-272, no trecho que liga a cidade de Campo Mourão a Goioerê.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

O trecho citado é da maior importância para a economia do Estado, porque por ele transita grande volume de cargas rodoviárias de produtos agrícolas e industriais.

Para o trânsito regular de cargas e para a segurança dos veículos de passageiros que trafegam por aquela rodovia, é necessária a conservação adequada da sinalização.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. João Elísio Ferraz de Campos. MD. Governador do Estado, solicitando a ligação asfáltica na estrada que liga os Municípios de Peabiru a Terra Boa, passando pela placa União.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A região compreendida pelos Municípios de Peabiru e Terra Boa é uma das mais ricas do Estado em produtividade agrícola. O transporte dessa produção vem sendo feito em situação precária, causando atrasos e transtornos para veículos de transportes de cargas e veículos de passageiros.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Fernando Eugênio Ghignone, MD. Secretário de Estado da Cultura e Esporte, solicitando construção de cancha de esportes no Distrito de Alvorada, Município de Pitanga.

Sala das Sessões em 30/06/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

O crescimento populacional daquele distrito, aliado à necessidade da prática de esportes, justificam a presente reivindicação, que nos tem sido feita insistentemente por lideranças comunitárias, estudantes e professores daquele distrito.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Luiz Cordoni Júnior, MD. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando atendimento odontológico no mini-Posto de Saúde de Campo Mourão, Escola "Vinícius de Moraes".

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A população atendida pelo referido mini-posto, nas proximidades do Conjunto Habitacional "Dr. Milton Luiz Pereira", da COHAPAR, é uma população muito carente de atendimento odontológico. O expressivo número de habitantes naquela localidade, justifica a presente reivindicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitação da ligação asfáltica na estrada que liga os Municípios de Peabiru e Terra Boa, passando pela placa União.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A região compreendida pelos Municípios de Peabiru e Terra Boa é uma das mais ricas do Estado em produtividade agrícola. O transporte dessa produção vem sendo feito em situação precária, causando atrasos e transtornos para veículos de transportes de cargas e veículos de passageiros.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente a Ilustríssima Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de uma quadra esportiva no Colégio Estadual Adauto da Silva Rocha - Ensino de Primeiro e Segundo Graus, localizado no Distrito Administra-



tivo de Luiziana, pertencente à municipalidade de Campo Mourão.

Congregando significativo número de estudantes, o Colégio Adauto da Silva Rocha está a reivindicar, através de seu Diretor, Ilustríssimo Sr. Daniel Fernandes de Moraes, a construção de uma quadra de esportes. Exatamente pela falta de um local apropriado, a educação física, como disciplina obrigatória, não tem podido ser desenvolvida, em prejuízo, naturalmente, aos alunos e professores.

Por referir-se a uma solicitação inteiramente justa, que essa FUNDEPAR e essa Pasta, possibilitem que a mesma venha a se tornar realidade.

Sala das Sessões em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Ilustríssimo Sr. Presidente da ACARPA, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, no sentido da designação de um engenheiro agrônomo para a municipalidade de Mamborê.

Desde meados do mês de setembro do ano passado, o escritório da ACARPA está sem engenheiro agrônomo. Possuindo apenas um técnico de nível médio, o mesmo não tem conseguido desenvolver a assistência técnica à altura do porte de Mamborê, devido também ao volume de trabalho, que aumentou, em consequência da falta de um engenheiro agrônomo.

Neste sentido, conforme iniciativa do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, Ivo Brunetta, que essa Secretaria determine a designação urgente de um profissional para prestar atendimento àquela rica região, que não pode continuar desprovida de orientações (hoje apenas de responsabilidade de um técnico), no período que vai do plantio à colheita.

Sala das Sessões em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, visando a pavimentação asfáltica da estrada ligando a Usina Sabará - Alcool, à localidade de Ivaílandia até a BR-317, na municipalidade de Engenheiro Beltrão.

Totalizando uma distância média de 5

mil e quinhentos metros, o referido trecho é caminho pelo qual transitam diversos caminhões daquela Usina, bem como de proprietários rurais, que estão a solicitar a pavimentação asfáltica, visto que, com o asfalto, será possível dar maior segurança aos condutores de veículos, também no sentido da utilização da estrada em qualquer situação climática, fato que atualmente não ocorre, dado ao estado reinante.

Faz-se necessário, portanto, que essa Pasta, dentro das possibilidades, viabilize o atendimento da presente reivindicação, ante a importância que trará para aquela rica e imensa região de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, correspondência a Ilustríssima Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, no sentido do envio de um congelador para a Escola Estadual São Judas Tadeu, Ensino de Primeiro Grau, localizada na municipalidade de Quinta do Sol.

Baseando-se na preocupação do Excelentíssimo Sr. Solange Marques, Prefeito Municipal, o envio de um congelador para a Escola São Judas Tadeu é por demais importante, já que o citado equipamento permitirá a conservação de ingredientes utilizados na merenda escolar, uma vez que, nos dias de hoje, a alimentação aos estudantes é feita em condições não muito satisfatórias.

Portanto, ao presente pedido, que a FUNDEPAR, juntamente com essa Pasta, determine a destinação de um congelador para aquele educandário, por ser uma justa solicitação.

Sala das Sessões em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de expediente ao Ilustríssimo Sr. Presidente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Administração, para que seja reformado o piso da quadra de esportes existente na Escola Estadual 14 de Dezembro, Ensino de Primeiro Grau, localizada na municipalidade de Peabiru.

Tendo em vista o péssimo estado do

piso da quadra existente naquele educandário tem até mesmo inviabilizado a prática de educação física, como disciplina obrigatória, gerando inúmeras reclamações por parte principalmente dos professores e do estudantado, segundo atesta o Excelentíssimo Sr. Oscar L. Klein.

Por estas razões, é de vital importância a recuperação da referida quadra da Escola 14 de Dezembro, conforme proposta do citado vereador.

Sala das Sessões em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, solicitando a liberação, através da Primeira Secretaria, de um auxílio de Cz\$ 850,00 (Protocolo n. 3067), destinado a grupos musicais paraguaios que se apresentarão durante a 38.ª Reunião Anual da SBPC, a realizar-se de 09 a 16 de julho próximo, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme entendimentos anteriores mantidos com a Presidência e Primeira Secretaria deste Poder, o apoio (pequeno, aliás) foi considerado compatível com a finalidade de intercâmbio cultural entre Brasil e Paraguai.

Esclarecemos, outrossim, que o auxílio deve ser liberado para:

Sra. OBDULIA MIRANDA CÁCERES

Representante legal em Curitiba dos Grupos Musicais Paraguaios.

Conforme comprova o processo protocolado sob o n. 3067.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Planejamento, Dr. Otto Bracarense Costa, no sentido de que aquele órgão tome conhecimento, bem como a Comissão Paritária com esse fim nomeada, dos graves problemas que vêm enfrentando os funcionários celetistas da Secretaria das Finanças, com seus salários defasados em relação aos índices inflacionários, bem como no que diz respeito a distorções funcionais.

Tais reivindicações têm que ser levadas em conta, e é com este intuito que encaminhamos em anexo documento relativo ao

problema, com a finalidade de que a SEAD e a Comissão Paritária avaliem e apresentem saída para o mesmo.

Sala das Comissões, em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REIVINDICAÇÃO DOS CELETISTAS DA SECRETARIA DAS FINANÇAS

Senhor Secretário.

Requerimento regimental.

1. SALÁRIOS X INFLAÇÃO

A evolução salarial do quadro celetista desta Secretaria, nos últimos 18 meses, não acompanhou o índice inflacionário, conforme é mostrado na tabela abaixo:

Reajustes Índice de Infl. Diferença concedidos

JUL/85	89,20	JAN/85	26.308,6
JAN/86	80,12		
ABR/86	9,23	MAI/86	113.294,65
TOTAL		272,24	VARIAÇÃO 330,64

2. PROMOÇÕES

Tem sido utilizado, como amortecedor dos efeitos inflacionários sobre a rigidez dos aumentos da tabela salarial dos celetistas, o artifício de promover o pessoal através de avanços horizontais de algumas casas na tabela.

Normalmente são concedidos esses avanços de modo generalizado, porém, nos últimos 18 meses, somente casos esporádicos de promoções ocorreram na SEFI.

3. CASOS ESPECIAIS

Alguns funcionários desta Secretaria, em função da rigidez da tabela salarial e das dificuldades de acesso vertical, por se encontrarem nas últimas casas horizontais, tiveram tratamento diferenciado, não tendo obtido o mesmo avanço horizontal que a maioria dos funcionários. Cabe ainda ressaltar que muitos funcionários têm sido sistematicamente preteridos para acesso, em favor de novas contratações.

4. QUADRO CLT X QUADRO FISCAL

É freqüente a existência de funcionários celetistas e fiscais atuando em serviços equivalentes, com diferenças salariais que chegam a revoltar.

A recente conquista dos funcionários fiscais agrava ainda mais essa situação.

5. EXEMPLOS DE OUTROS FUNCIONÁRIOS DO ESTADO

Sabemos que em outras instituições do Estado, em decorrência de lutas travadas por seus funcionários, em alguns casos chegando à greve, houveram reajustes que

permitiram recolocar o seu poder aquisitivo em níveis mais dignos. Contamos aí o BANESTADO, a CELEPAR, a ACARPA, a FSCMR.

Sabemos também que algumas instituições, constatando a perda salarial de seus quadros e a inadequação de suas tabelas, tomaram iniciativa de propor tabelas e critérios diferentes de modo a valorizar seus funcionários, evitando riscos de perdas - que já estão ocorrendo - de quadros importantes. Contamos aí o IPARDES e a CELEPAR.

#### 6. REIVINDICAÇÕES

6.1 - Pleiteamos promoções em avanços horizontais e acessos verticais, que atinjam, individualmente, um mínimo de 58,4%;

6.2 - Pleiteamos, para os funcionários prejudicados por estarem em final de tabelas horizontais, a concessão das casas de acesso que faltam;

6.3 - Pleiteamos, para os funcionários que já alcançaram os requisitos para acesso, a regularização dessa situação;

6.4 - Pleiteamos, para os funcionários que não foram integralmente atendidos no trabalho de promoção e acesso realizado em outubro de 1984, a complementação das promoções e acesso.

Na expectativa do atendimento destas reivindicações.

Atenciosamente,

A Comissão de Celetistas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Roberto de Jesus Sarrão, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando uma viatura para atendimento da Delegacia de Polícia da cidade de Ipiranga.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

Como a viatura que estava em funcionamento naquela cidade foi recolhida há mais de dois meses para o STM - Setor de Transportes e Manutenção, para ser encaixada ao DETO - Departamento Estadual de Transporte Oficial, por ter sido considerada imprópria para restauração, solicito que na próxima remessa de viaturas para reequipamento da Polícia, uma delas seja designada para servir a cidade de Ipiranga, que inclusive é sede de comarca.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plê-

nário, encaminhamento de expediente a Ilustríssima Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, encarecendo apoio para cercar a Escola Estadual Vila Rica do Espírito Santo - Ensino de Primeiro Grau, localizada na municipalidade de Fênix.

Tendo em vista a preocupação do Ilustríssimo Sr. Diretor daquele educandário, José Carlos de Canato Souto, no sentido de dar maior segurança aos frequentadores, a construção de um muro é imperioso para a Escola Vila Rica do Espírito Santo.

Deste modo, que, por parte dessa FUNDEPAR e dessa pasta, sejam feitos esforços para tornar possível o atendimento do presente pedido.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação para a construção de um refeitório na Escola Estadual Dom Pedro II, Ensino de Primeiro Grau, localizada na municipalidade de Janiópolis.

A apresentação deste requerimento é motivada pela preocupação da Ilustríssima Sra. Sônia Lúcia Albuquerque. Profunda conhecedora da situação educacional, notadamente no que respeita às questões da Escola Estadual Dom Pedro II, onde é diretora, ela afirma ser da maior importância a construção de um refeitório, uma vez que permitirá a confecção e a distribuição da merenda escolar ocorra adequadamente.

Neste sentido, para que a presente proposta venha a se tornar realidade, que essa Pasta, dentro das possibilidades, determine a liberação dos recursos que se fizerem necessários para a pretendida obra.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Administração, Dr. José Carlos Campos Hidalgo, no sentido de que aquela Secretaria venha a dedicar especial atenção aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Paritária que estuda os problemas do funcionalismo do

Paraná.

Tendo em vista os amplos objetivos a que se propõem os estudos que estão sendo viabilizados por aquela Comissão, e pela sua importância perante os servidores do Estado, de um modo geral, pelos propósitos de isonomia, por todos estes motivos deve aquela Secretaria acompanhar devidamente aquelas atividades, colaborando decisivamente para que a classe dos funcionários públicos estaduais se veja amplamente recompensada pela manutenção em movimento da máquina estatal.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, envio de correspondência ao Ilustríssimo Sr. Presidente da COHAPAR - Companhia Habitacional do Paraná, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, objetivando a redução do valor pago nas prestações das casas populares existentes na municipalidade de Iretama.

O Núcleo Habitacional construído há alguns anos por essa Companhia, num total de 54 casas, vem enfrentando, nos dias de hoje, seriíssimos problemas com relação ao acentuado abandono das residências (quase a metade delas) devido à falta de condições de seus moradores em pagar o valor das prestações, superior a Cz\$ 300,00.

Segundo o Ilustríssimo Sr. Oguinarte Aparecido Teodoro, Presidente da Associação dos Moradores do referido conjunto, tal situação ocorre em consequência de que o valor das prestações é inacessível, tendo em vista que praticamente os adquirentes da casa própria recebem salários não mais que o mínimo.

Sem nenhuma dúvida, trata-se de uma situação extremamente delicada, uma vez envolver um problema social que está a exigir a tomada de providências. E é justamente isto que se espera por parte dessa COHAPAR: a redução do valor a ser pago. Caso contrário, o abandono naquelas casas continuará, e outros poderão ir embora, conforme prevê o Presidente da Associação dos Moradores.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, envio de ofício a Ilustríssima Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da

Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, no sentido da destinação de máquinas de datilografia para o Colégio Estadual Santo Inácio de Loyola, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, localizada na municipalidade de Fênix.

O diretor daquele tradicional estabelecimento de ensino, Ilustríssimo Sr. Celso Tomé da Silva, afirma ser da maior importância que o Colégio Santo Inácio de Loyola venha a possuir máquinas de datilografia.

Tal equipamento para escritório, servirá para o aprendizado prático pelo conjunto do estudantado, que atualmente enfrenta dificuldades no sentido de assimilar melhor os ensinamentos dados na área de contabilidade e secretariado.

Uma vez que diz respeito a uma importante reivindicação, que a mesma receba, dessa Pasta e FUNDEPAR, a esperada atenção.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de uma ambulância equipada, para a municipalidade de Ubiratã.

A presente proposta é de iniciativa da Excelentíssima Sra. Lindaura Lopes Magalhães, integrante do Poder Legislativo local, ela afirma que, nos dias de hoje, em Ubiratã, tem se verificado uma série de transtornos no setor social, no que respeita ao encaminhamento das pessoas com problemas de saúde para outros centros urbanos, a fim de tratamento médico, notadamente as pessoas carentes. As dificuldades são tantas que muitas delas ficam à mercê da própria sorte, pondo a vida em risco.

Urge, ao menos, atenuar tal situação. Dentro desta preocupação, que essa Pasta, de acordo com suas possibilidades, auxilie a Prefeitura Municipal na aquisição de uma ambulância devidamente equipada.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social no intuito da destinação de uma ambu-

lância devidamente equipada, para a municipalidade de Araruna.

No que respeita ao setor de assistência social, o Município de Araruna tem convivido nos últimos tempos com um problema bastante sério. Trata-se da falta de recursos para o transporte de pessoas que precisam de atendimento médico em outras cidades, por vezes correndo até mesmo riscos de vida.

Neste sentido, por estas razões, que essa Pasta estude uma forma de auxiliar a Administração local, no sentido da aquisição de um veículo para o transporte de enfermos, acatando sugestão do Ilustríssimo Sr. Nalcídio Rorato, Suplente de Vereador.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. João Elísio Ferraz de Campos, DD. Governador do Estado, e ao Excelentíssimo Sr. José Carlos Campos Hidalgo, DD. Secretário de Estado da Administração, solicitando a prorrogação dos contratos de comodato, celebrados entre o Departamento Estadual de Transporte Oficial e a Cooperativa Agrícola Irati Ltda.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

A Cooperativa Agrícola Irati Ltda., depois de realizar um minucioso levantamento na sua região de atuação, constatou a existência de um número bastante grande de pequenos produtores, involuntariamente colocados à margem do processo produtivo, pela falta de crédito, assistência técnica e social.

Isto verificado, sentiu a necessidade de realizar um trabalho que pudesse habilitar aqueles agricultores a ingressar no mercado de produção.

Assim, a Cooperativa, com empenho da diretoria e seus associados, serviu como ponto de apoio para um projeto de atendimento aos micro-produtores, através do PRÓ-IGUAÇU.

No início do trabalho, a Cooperativa forneceu aos agricultores, através de verbas da Secretaria da Administração, insumos tais como: sementes, adubos, defensivos, além de assistência técnica.

Com o apoio de quatro veículos pertencentes à SEAD, colocados à disposição da Cooperativa, através de contrato de comodato, puderam contratar quatro técnicos agrícolas, que durante um longo tempo fizeram um trabalho exemplar, levando àque-

les produtores, novas técnicas para o setor rural.

Neste programa, simples e pequeno, foram atendidos vários produtores das regiões de Rebouças, Rio Azul, Mallet e Paulo Frontin, onde 189 deles e suas famílias evoluíram e se integraram ao mercado, fazendo uso de modernas técnicas de produção e comercialização.

Assim sendo, solicito a prorrogação dos contratos de comodato, entre o Departamento Estadual de Transporte Oficial e a Cooperativa Agrícola Irati Ltda., pelo prazo de pelo menos mais dois anos, ou seja, até 01/08/88, visto que os veículos em questão, há quatro anos vêm sendo conservados pela Cooperativa, inclusive com o recondicionamento de motores, substituição de pneus velhos e outros acessórios, com os quais a Cooperativa proporciona emprego a quatro técnicos agrícolas que prestam um serviço de grande relevância, e, considerando ainda que para a compra de novos veículos há uma demora na entrega de aproximadamente 8 meses, levando o trabalho de assistência técnica na região a sofrer solução de continuidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Administração, Dr. José Carlos Campos Hidalgo, no sentido de que aquele órgão tome conhecimento, bem como a Comissão Paritária com esse fim nomeada, dos graves problemas que vêm enfrentando os funcionários celetistas da Secretaria das Finanças, com seus salários defasados em relação aos índices inflacionários, bem como no que diz respeito a distorções funcionais.

Tais reivindicações têm que ser levadas em conta, e é com este intuito que encaminhamos em anexo documento relativo ao problema, com a finalidade de que a SEAD e a Comissão Paritária avaliem e apresentem saídas para o mesmo.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REIVINDICAÇÃO DOS CELETISTAS DA SECRETARIA DAS FINANÇAS

Senhor Secretário.

A evolução salarial do quadro celetista desta Secretaria, nos últimos 18 meses, não acompanhou o índice inflacionário, conforme é mostrado na Tabela I, abaixo:

Reajustes concedidos	Índice de Infl.	Diferença
JUL/85 89,20	JAN/85 26.308,6	
JAN/86 80,12		
ABR/86 9,23	MAI/86 113.294,65	
TOTAL 272,24	VARIAÇÃO 330,64	58,4

## 2. PROMOÇÕES

Tem sido utilizado, como amortecedor dos efeitos inflacionários sobre a rigidez dos aumentos da tabela salarial dos celetistas, o artifício de promover o pessoal através de avanços horizontais de algumas casas na tabela.

Normalmente são concedidos esses avanços de modo generalizado, porém, nos últimos 18 meses somente casos esporádicos de promoções ocorreram na SEFI.

## 3. CASOS ESPECIAIS

Alguns funcionários desta Secretaria, em função da rigidez da tabela salarial e das dificuldades de acesso vertical, por se encontrarem nas últimas casas horizontais, tiveram tratamento diferenciado, não tendo obtido o mesmo avanço horizontal que a maioria dos funcionários. Cabe ainda ressaltar que muitos funcionários têm sido sistematicamente preteridos para acesso, em favor de novas contratações.

## 4. QUADRO CLT x QUADRO FISCAL

É freqüente a existência de funcionários celetistas e fiscais atuando em serviços equivalentes, com diferenças salariais que chegam a revoltar.

A recente conquista dos funcionais fiscais agrava ainda mais essa situação.

## 5. EXEMPLOS DE OUTROS FUNCIONÁRIOS DO ESTADO

Sabemos que em outras instituições do Estado, em decorrência de lutas travadas por seus funcionários, em alguns casos chegando à greve, houveram reajustes que permitiram recolocar o poder aquisitivo em níveis mais dignos. Contamos aí o BANESTADO, a CELEPAR, a ACARPA, a FSCMR.

Sabemos também que algumas instituições, constatando a perda salarial de seus quadros e a inadequação de suas tabelas, tomaram iniciativa de propor tabelas e critérios diferentes de modo a valorizar seus funcionários, evitando riscos de perdas, que já estão ocorrendo, de quadros importantes. Contamos aí o IPARDES e a CELEPAR.

## 6. REIVINDICAÇÕES

6.1. - Pleiteamos promoções em avanços horizontais e acessos verticais, que atinjam, individualmente, um mínimo de 58,4%;

6.2 - Pleiteamos, para os funcionários

prejudicados por estarem em final de tabelas horizontais, a concessão das casas de acesso que faltam;

6.3 - Pleiteamos, para os funcionários que já alcançaram os requisitos para acesso, a regularização dessa situação;

6.4 - Pleiteamos, para os funcionários que não foram integralmente atendidos no trabalho de promoção e acesso realizado em outubro de 1984, a complementação das promoções e acesso.

Na expectativa do atendimento destas reivindicações,

Atenciosamente,

A Comissão dos Celetistas.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Sr. Francisco Luiz Sibut Gomide, Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, solicitando a instalação de rede de eletrificação, através do "clic rural", no Município de Reserva, num trecho de aproximadamente 12 km, entre os Distritos de Barreiro e Baixa Funda, à margem da rodovia que liga a Cidade de Reserva a Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

## JUSTIFICATIVA:

No trecho compreendido entre os Distritos de Barreiro e Baixa Funda, da rodovia Reserva - Cândido de Abreu, existem aproximadamente 50 propriedades rurais, que estão marginalizadas do processo produtivo, pela falta de uma fonte de energia que pudesse, além de proporcionar maior conforto aos seus habitantes, oferecer a oportunidade de uso de equipamentos mais sofisticados para a exploração mais racional e econômica do potencial produtivo da região.

Espera-se, portanto, que essa Companhia atenda, o mais breve possível, o que ora é solicitado.

## REQUERIMENTO

Senho Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando a implantação do Curso de Magistério, a nível de Segundo Grau, no Colégio Estadual Professor Loureiro Fernandes, sede do Complexo Estadual Tiradentes, desta Capital.

Requer, ainda, que da decisão da Casa se dê ciência às comunidades dos bairros: Ahú de Baixo, Ahú de Cima, Juvevê, Bacacheri, Boa Vista e Barreirinha, através dos seus representantes.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Enquanto os brasileiros aguardam a Constituinte, reconhecendo a necessidade do estabelecimento de novas diretrizes para a política nacional de educação, temos o dever de tomar atitudes que minimizem as falhas existentes neste setor. Tais atitudes servirão como apoio e ponto de partida para o aprofundamento das discussões em torno da questão educacional brasileira.

A educação escolar é um instrumento fundamental para a formação do cidadão e sua adequada preparação para o exercício de funções dele requeridas. A Escola pública é gratuita, em todos os níveis, e é um dever do Estado.

Modernamente o Magistério oferece excelente opção profissionalizante, e a sua procura cresce a cada dia. Não existe, a nível estadual, nenhuma escola no setor norte da Capital, que ofereça tal curso.

No Colégio Estadual Professor Loureiro Fernandes, existe apenas uma opção profissionalizante a nível de segundo grau: Auxiliar de Escritório, visto que dos dois outros existentes, Ornamentarista do Interior e Análises Químicas, o primeiro foi extinto e o segundo está em fase de extinção.

O Colégio em questão, dispõe de estrutura física e material humano para o funcionamento do curso e as escolas que fazem parte do Complexo Tiradentes, poderiam após dissecadas as possibilidades, proporcionar os estágios necessários ao desenvolvimento do Curso.

Considere-se ainda, que o número de pessoas interessadas é imenso e, tem se manifestado, através de telefone, correspondências, visitas pessoais e até abaixo-assinados.

Portanto, a implantação do curso de Magistério no Colégio Professor Fernandes, ampliaria as magras opções do ensino profissional de segundo grau, e viria atender parte do conjunto das expectativas e necessidades de parcela significativa da população da nossa Curitiba.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Roberto Requião, Prefeito municipal de Curitiba, solicitando a colocação de coberturas nos

pontos de ônibus da Rua Edson Campos Matesich, Jardim Ipê, Santa Felicidade, e seus arredores.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) WERNER WANDERER.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação objetiva a colocação de coberturas em todos os pontos de ônibus da Rua Edson Campos Matesich, Jardim Ipê e seus arredores, no bairro de Santa Felicidade.

Assim, atenderemos a necessidade deste bairro onde seus usuários são laboriosos e admiráveis e que desta forma irão abrigar-se contra os ventos, chuvas e do sol.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, recursos para a construção de uma quadra de esportes, no Colégio Estadual João XXIII, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, localizado na municipalidade de Mamborê.

Desde quando passou a funcionar também o Segundo Grau, o Colégio João XXIII está a reivindicar a construção de uma quadra de esportes, a fim de dar cumprimento à prática da educação física como disciplina curricular.

No entretanto, devido ao elevado custo deste tipo de obra, o citado educandário não dispõe de recursos capazes de implementá-la, havendo a real necessidade de participação dessa Pasta, igualmente como vem fazendo a Administração Municipal (que realizou a terraplanagem do terreno), que inclusive colocará toda a mão-de-obra que for preciso.

Pelas razões expostas, atendendo iniciativa da Ilustríssima Sra. Inspectora Estadual de Ensino, Olga Brunetta, assim como do Setor Jovem do Partido do Movimento Democrático Brasileiro local, que todo o empenho seja feito para tornar possível, num menor prazo de tempo, a pretendida solicitação.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de expediente dirigido ao Ilustríssimo Sr. Presidente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Administração, a reali-



zação de reparos na Escola Estadual Dona Leopoldina - Ensino de Primeiro Grau, localizada na municipalidade de Juranda.

A situação das instalações onde funciona a Escola Dona Leopoldina, é simplesmente lamentável. Faltam vidros novos, pois praticamente todos estão quebrados; a recolocação de tacos é imprescindível, e há a necessidade de pintura nova, para citar apenas os principais problemas, segundo informa a Ilustríssima Sra. Ires Luiza Valer, Inspetora Estadual de Ensino daquela cidade.

Deste modo, objetivando por fim ao referido problema, que essa EMOPAR, juntamente com a Secretaria de Estado da Administração, determinem, o mais rapidamente possível, a realização de reparos gerais naquele educandário.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, objetivando a destinação de livros de literatura para a biblioteca da municipalidade de Janiópolis.

A presente reivindicação está fundamentada na iniciativa da Ilustríssima Sra. Salete Brero. Segundo a referida pessoa, na área de ensino, mais precisamente no que respeita ao conjunto de estudantes de Primeira a Quarta Séries, verifica-se atualmente uma carência muito grande de livros de literatura infanto-juvenil, cuja consequência resulta em prejuízos grandiosos.

Necessário se faz, pois, tomar medidas concretas para que tal situação deixe de existir, ao menos em parte. Neste sentido, que essa Comissão, dentro das possibilidades, determine a destinação de livros para a biblioteca do Município.

Sala das Sessões em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, para a construção de um ginásio de esportes, na municipalidade de Iretama.

Desde quando assumiu a chefia do Exé-

cutivo, o Excelentíssimo Sr. Prefeito Humberto Gomes Martins, dentre inúmeras outras ações a serem desenvolvidas, constatou um desejo bastante antigo do povo iretamenense, notadamente uma solicitação da juventude: trata-se da construção de um ginásio de esportes.

No entretanto, a fim de que isto venha a ser realidade, é de vital importância a participação dessa Pasta, face ao volume de recursos que precisam ser empregados, que, sozinho, o Poder Público não dispõe.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente a Ilustríssima Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Sra. Secretária da Educação, encarecendo a elevação do muro da Escola Estadual Ribeiro de Campos - Ensino de Primeiro grau, localizada na municipalidade de Goioerê.

Tendo em vista o tamanho do muro, cuja altura é pouco superior a 1,5 metros, a Escola Ribeiro de Campos, mesmo cercada, oferece pouca segurança a seus frequentadores, motivo pelo qual a Ilustríssima Sra. Mercedes Ferreira da Costa, ex-Diretora, está a reivindicar a elevação do mesmo muro, visando proporcionar maior tranquilidade a estudantes, funcionários e professores.

Assim sendo, que medidas sejam, efetivamente, tomadas, dada a importância da presente proposta.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. João Elísio Ferraz de Campos, sugerindo a criação da Secretaria de Estado da Região Oeste Paranaense.

Outrossim, solicita que o Excelentíssimo Sr. Chefe do Poder Executivo Estadual, desenvolva os estudos necessários, no sentido da viabilização da referida Secretaria de Estado, bem como a transformação da sugestão, em Mensagem Governamental a esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) GERNOTE KIRINUS.

Apoiamento:

MÁRIO PEREIRA, FUAD NACLI, WERNER WAN-

DERER, AIRTON CORDEIRO, ANTÔNIO ANNIBELLI, NILSO SGUAREZI e CAÍTO QUINTANA.

#### JUSTIFICATIVAS:

A proposta que estamos encaminhando ao poder Executivo Estadual, para os necessários estudos de viabilidade e conseqüente envio da Mensagem Governamental ao Poder Legislativo, visa a criação da Secretaria de Estado da Região Oeste Paranaense.

A medida surge como uma solução para o desafio de avançar o desenvolvimento econômico e social daquela vasta e rica região do nosso Estado.

Evidencia-se a característica especial do Oeste do Paraná, região de fronteira, com os municípios vivendo as particularidades próprias desta situação. A criação de um órgão voltado para tratar de maneira específica, os diferentes problemas da região, seria, sem dúvida nenhuma, uma forma do Poder público oferecer uma maior atenção às necessidades dos municípios e da região em questão.

Uma análise das condições históricas pelas quais o Oeste paranaense permaneceu isolado, sem obedecer ao progresso e ao desenvolvimento de outras áreas estaduais, revelam três fatores:

I - O Oeste paranaense se constitui em área de litígio (Tratado de Tordesilhas, guerras regionais) sendo disputado por castelhanos e portugueses; limite de penetração das "bandeiras", área de conflitos missionários (jesuítas), contou com seus primórdios apenas com culturas temporárias, atividades extrativas e gado, objeto de comércio, muitas vezes clandestino, com Paraguai e Argentina;

II - Caracterizado o território físico e seus limites, o desenvolvimento sofreu limitações em virtude da barreira fronteira com Paraguai e Argentina de um lado e Mato Grosso na sua parte superior; ao cercar o livre trânsito e interesses econômico entre regiões com características geográficas idênticas, o aspecto fronteiro agiu como elemento mutilante, restringindo o progresso - aliás, esse progresso poderia ser considerado como fator potencialmente agressivo aos países vizinhos; essa atitude foi igualmente adotada por Argentina e Paraguai, gerando empobrecimento regional nos três países;

III - As rodovias e meios de comunicação foram os últimos a serem estabelecidos, sempre preteridos por não constituírem elo de ligação entre regiões distintas, mas com interesses econômicos comuns; o caso do Norte do Paraná é ilustrativo: seu "boom" foi decorrente não somente de seus recursos naturais, mas por interligar

dois Estados - Paraná e São Paulo, representando muito mais do que um desenvolvimento simplesmente regional; vale o registro, de valor apenas histórico, que até os velhos "caminhos de tropas" sempre convergiram para as regiões centro, sul e norte, oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, raramente se aventurando pelo Oeste - e quando o faziam tomavam por roteiro Toledo, Cândido Rondon e Guaíra, freqüentemente como caminhos de penetração ao Estado do Mato Grosso.

Considerados os três fatores, podemos compreender a precariedade de condições, os reclamos e reivindicações dos migrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que se fixaram na área, principalmente nas últimas três décadas, atraídos pela terra ubérrima, buscando estabelecer recursos de um nível superior de vida - que já possuíam há gerações em seus Estados de origem. E as lavouras, criações, as novas cidades, passaram a constituir fatores de integração, de intercâmbios sempre dificultados - quando não simplesmente negados, com a revolta acrescida pela comparação inevitável com outras regiões melhor aquinhoadas pelos órgãos públicos.

Os fatores considerados, justificam plenamente o tratamento e soluções absolutamente específicas ao Oeste paranaense, o que pode ser concretizado com a criação de uma Secretaria de Estado da Região Oeste Paranaense.

Como argumento contrário à nossa pretensão, reivindicação sentida de toda uma região do nosso Estado, poderia ser citada a possibilidade de criação de Secretarias para o Norte, para o Litoral e por aí adiante.

A tais argumentos respondemos que tratam-se de regiões que interligam, em perfeito entrosamento de interesses, com áreas limítrofes, com economia consolidada e perfeitamente equacionados os seus problemas. São regiões que atingiram a sua maioria, sua estrutura própria, o que não é o caso do Oeste - que anseia por obter uma maioria que sua população já trouxe completa das terras de origem.

Julgamos pois, perfeitamente justificada a pretensão a uma autonomia de recursos e de meios administrativos, com fidelidade às características tão próprias da região e de sua gente - desde que não se lhe aplica o denominador comum da administração geral do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria de Estado da Região Oeste Paranaense.

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo au-

SEOP

torizado a criar a Secretaria de Estado da Região Oeste Paranaense - SEOP, com atribuição de coordenar as atividades inerentes a assuntos pertinentes aos municípios integrantes da Região Oeste Paranaense.

Art. 2.º - À Secretaria de Estado da Região Oeste Paranaense incumbirá, como órgão de natureza substantiva, o desempenho das seguintes finalidades:

I - Coordenar a promoção e desempenho dos Planos de Desenvolvimento Integrado da Região Oeste Paranaense.

II - Coordenar e fiscalizar a elaboração dos programas e projetos de interesse da Região Oeste Paranaense.

Art. 3.º - A estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Região Oeste Paranaense, obedecerá ao disposto no Art. 12 e seus incisos, da Lei n. 6636, de 29/11/74, complementada pelas unidades de nível departamental a serem definidos nos termos do Art. 15, da referida lei.

Art. 4.º - Ficam criados os cargos de provimento em comissão descritos na forma do Anexo I, que integra a presente lei.

Art. 5.º - O Poder Executivo aprovará por Decreto o Regulamento da Secretaria de Estado da Região Oeste Paranaense, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 6.º - Fica o poder Executivo autorizado a abrir crédito especial de até (?) Cz\$ 10.000,00 (dez mil cruzados) para atender as despesas com a implantação administrativa da Secretaria de Estado da Região Oeste Paranaense.

Art. 7.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### ANEXO A QUE SE REFERE O ART. 4.º

QUANT.	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
01	Secretário de Estado	
01	Diretor Geral	DAS-1
01	Chefe de Gabinete	DAS-5
02	Chefe de Coordenadoria	DAS-5
04	Assessor Técnico	1-C
04	Assistente	2-C
03	Oficial de Gabinete	6-C
06	Assistente	7-C

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, Gilberto Carvalho, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

a transcrição dos Anais desta Casa Legislativa, do artigo sob o título PARQUES NACIONAIS EM GRAVE PERIGO, de autoria do ilustre Professor da Universidade Federal do Paraná, geólogo João José Bigarella, Presidente da ADEA, publicado na edição de 28/06/86, no jornal "Gazeta do Povo".

Requer, também, que da decisão do Plenário, se dê conhecimento ao Professor Bigarella.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) GILBERTO CARVALHO.

#### JUSTIFICATIVA:

Com a extraordinária lucidez que sempre caracteriza os seus pronunciamentos, o ilustre professor Bigarella, neste novo artigo jornalístico, situa e analisa a grave questão da mutilação do Parque Nacional do Iguaçu, por iniciativa do Governo do Estado do Paraná.

O autor acentua que "a situação é gravíssima e o precedente inconcebível". A mutilação do Parque Nacional do Iguaçu vai descaracterizar o complexo ecossistema que é único em seu gênero no Brasil e a isso se deve opor a Assembléia Legislativa do Paraná, endossando e apoiando todas as manifestações contrárias à mutilação que o Governo do Estado do Paraná, na gestão do Sr. José Richa, começou a por em prática.

#### Projeto de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 52/86

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º - A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa determinará que mensalmente, seja publicada no Diário da Assembléia Legislativa, a relação de deputados faltosos às Sessões Plenárias durante o mês anterior, bem como dos valores dos subsídios variáveis descontados a cada deputado em decorrência dessas ausências.

Art. 2.º - A publicação mencionada no artigo anterior, dar-se-á até o quinto dia do mês subsequente ao da ocorrência das faltas.

Art. 3.º - A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### JUSTIFICATIVA:

Um dos pontos primordiais de nossa atuação parlamentar, diria que até de certo modo se converteu em sério compromisso, tem sido o de devolver ao poder legislativo e a esta nossa Casa, em particular, a

confiabilidade, o crédito da população para com a nossa instituição.

Na verdade, o Poder Legislativo teve, nas duas últimas décadas, sua imagem extremamente prejudicada em decorrência da vinculação ao Poder Executivo, bem como pela perda gradual, mas inexorável, das prerrogativas que concerniam a cada um dos parlamentares.

Apesar disto, o Legislativo contribuiu decisivamente para a reconquista do espaço democrático que se vive atualmente nesta Nova República. Lado a lado com a população, imbuídos numa luta sem quartel contra os inimigos da Liberdade e da Verdade. Porém, atualmente, muito embora o reconhecimento público por estas conquistas, o Poder Legislativo, de um modo geral, continua ainda emperrado por práticas características do período ditatorial.

É justamente no intuito de que o Poder Legislativo, especificamente o do Paraná, venha a guardar de novo a confiabilidade e o crédito popular, nada melhor do que divulgar através do instrumento legal desta Casa, o Diário da Assembléia, todos os atos da Comissão Executiva, no que diz respeito às presenças ou não dos parlamentares.

Somente assim, teremos efetivamente a transparência de nossas atividades, além do que, daremos uma demonstração inequívoca à população de que nada lhe temos a ocultar. Pelo contrário: os valores dos subsídios variáveis serão descontados a cada deputado em conformidade com suas ausências em plenário.

Afinal, estamos exercendo um mandato, uma representação em nome dos paranaenses que nos elegeram. A eles devemos a prestação de contas de nossas atividades.

Se o Poder Legislativo é, neste momento, o Poder legitimado pela população, para imprimir as grandes transformações, nada melhor do que começar pela nossa própria Casa, livrando-a dos impecilhos burocráticos, moralizando suas atividades e divulgando-as ao conhecimento dos eleitores.

Solicito aos nobres Pares, em face destes argumentos, o devido apoio ao presente plano de resolução, para que vejamos concretizadas também neste Poder, as recentes conquistas democráticas.

O SR. PRESIDENTE - Está aberta a sessão.

O Sr. 2. Secretário fará a leitura da ata da sessão anterior.

(É procedida a leitura da ata)

O SR. FUAD NACLI (Pela ordem) Segundo me parece, o Sr. Segundo Secretário está lendo a ata, e consta quantos Deputados estão presentes.

No meu modo de entender, ela está errada, porque diversos nomes que eu ouvi, não se faziam presentes à sessão, tanto antes, como depois da chamada.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) No final da ata, o Sr. Deputado poderá reclamar se os nomes que Vossa Excelência tem anotado, não participaram da Sessão.

O SR. FUAD NACLI - Eu gostaria, quando terminada a ata, de saber quantos Srs. Deputados estavam presentes, pedindo chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - No final da ata consta o número de presentes.

O SR. FUAD NACLI - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Finda a leitura do expediente, e não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Nilso Sguarezi, transfiro a Presidência ao Deputado Ezequias Losso, para que posamos, no Plenarinho anexo, - e convido os Srs. Deputados interessados - participar da Mesa Redonda que às 10:30 abriremos, sobre o problema do ABASTECIMENTO DA CARNE.

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um dos temas de capital importância, que merecerá uma atenção muito especial por parte da Assembléia Nacional Constituinte, que vai direcionar a vida política, econômica e social deste país, indubitavelmente vai ser o que se refere ao mandato presidencial, sua duração, como será inserido na Constituição a eleição do Presidente da República e, principalmente, a discussão que haverá de ser, também, se o princípio federativo tenderá, como tem sido tradição no Brasil, estender-se aos Estados e aos Municípios.

Todo este temário da Constituinte, por força exclusiva de saneamos a vida política do Brasil, hoje é difícil de prevermos, face à heterogeneidade dos componentes da nova Assembléia Nacional Constituinte, para onde deverá se encaminhar a tendência na solução desses problemas que hoje são polêmicos.

Podemos nos dar como convencidos de que o povo voltará a exercer livre e soberanamente o direito de escolher o próximo e os futuros Presidentes, pois, dificilmente, haverá congressista que se atreva a se indispor ou a partir contra um desejo manifesto por milhões de cidadãos durante os movimentos patrióticos das elei-

ções DIRETAS-JÁ. O período governamental, as tarefas, os poderes, as dependências, as atribuições legais no cumprimento da função do novo Presidente, dos Governadores, dos Prefeitos, assim como dos Parlamentares, haverá de ser delineado pela Assembleia Nacional Constituinte.

Expostas as nossas suscintas considerações a respeito do sistema para eleições presidenciais, o tempo de duração do mandato, que deve ou não competir ao ocupante do cargo, compeli-mo-nos a esboçar um estudo, embora não sistemático, abordando a questão da possibilidade de se propor, constitucionalmente, a tese da reeleição dos cargos executivos para Presidente da República, Governador de Estado e Prefeito municipal.

Na última semana, o ex-Prefeito de São Paulo, Miguel Colassuono, levantou a tese da proibição da reeleição dos Parlamentares, argumentando aquele tecnocrata que, uma das causas do declínio da vida pública no Brasil, tem sido a reeleição dos Parlamentares que integram o Poder Legislativo.

Eu quero - contrariando esta tese - levantar a tese de que a reeleição não deve atingir apenas os parlamentares, mas também os cargos executivos, e pretendo alinhar algumas razões que me levarão, se pertencer à Assembleia Nacional Constituinte, a defender a tese da reeleição do Presidente, do Governador e do Prefeito.

Qualquer estudante de Ciência Política, por mediano que seja o seu estágio, nesta área, pode se vangloriar por haver detectado total desuniformidade em todas as Constituições vigentes, no planeta, no que tange à prática da reeleição, inclusive discordâncias, não só nas grafias das Cartas Maiores, mas também, na extensão dos estatutos empresariais das sociedades civis, dos clubes de serviço, onde em uns é permitida a reeleição, e em outros, é proibida.

Para adentrarmos solidamente no campo desta discussão, imprescindível é lembrar que o escolhido indiretamente para presidir uma Nação, nos moldes da chamada "Ação entre Amigos", em voga no vintênio passado, pode culminar com rifa premiando um desprevenido inapetente, no caso de alguns Presidentes que passaram por esta Nação, e como foi o caso do último que chegou a declarar que não via a hora de entregar o seu mandato.

Parece-nos oportuno, agora, transcrever ponderações de George Hamilton, trazidas no livro "O Federalista", que é a enciclopédia de toda a discussão da Carta Americana.

Escreveu ele ao povo de Nova Iorque: "Julgo o problema da reeleição ligado ao de uma duração razoável do mandato. Esta deve ser de molde a permitir ao ocupante

do cargo oportunidade e ânimo a bem cumprir a sua tarefa, ao mesmo tempo em que a comunidade observa os acertos ou erros de sua atuação, formando um juízo de seus méritos. A reeleição tem a vantagem de habilitar o povo, quando há motivos para provar a atuação do mandante e mantê-lo em suas funções a fim de beneficiar-se por mais tempo de sua competência e de suas virtudes, além de assegurar ao Governo as vantagens de uma continuidade eficiente do sistema de Administração".

Para citar um exemplo, nos Estados Unidos da América, conceituada como a Nação que mais se aproxima das raias da perfeição em Democracia, sua Constituição permite a reeleição de seu Presidente, se o povo julgá-lo merecedor de sua confiança e não existe temor de que o continuísmo desgaste ou seja um atrativo para a corrupção, para a apelação a recursos condenáveis. A Carta é perfeitíssima nos casos a estabelecer "impeachments", haja visto o recente episódio do ex-Governador Richard Nixon.

Na sequência deste pensamento, somos levados a crer que a proibição imposta pela Constituição, para a tentativa legal para se candidatar a um período seguinte de governo, como existe hoje no Brasil, mais soa como um castigo ou como uma pena impingida, talvez a quem tenha realizado uma administração sadia, benéfica e merecedora do apreço e da consagração popular. Esta é uma pena imposta a quem, no Brasil, tenha exercido com eficiência, probidade, honestidade e competência, um mandato de Prefeito, de Governador ou de Presidente.

Estribamo-nos, novamente, nas linhas do tratadista americano que confessa: "Seria conveniente a paz da comunidade ou à estabilidade do Governo, haver meia-dúzia de homens que tiveram mérito bastante para exercerem a suprema magistratura, passarem a andar pelo meio do povo como insatisfeitos fantasmas, suspirando por um cargo que nunca mais lhes permitiram ocupar?"

E mais adiante, ele define: "Há um excesso de requinte na idéia de impedir que o povo reeleja para o cargo de Presidente, Governador ou Prefeito, quem, em sua opinião, for digno de aprovação e confiança".

Concordamos ser irracional se impor a uma Nação, a proibição de se possibilitar o exercício do mandatário maior a um seu concidadão que já tenha comprovado eficiência para atender seus anseios.

Ninguém é insubstituível, bradarão alguns, notadamente os amantes de frases feitas. Prevalecendo este chavão, morreria o incontestável ditado que preconiza ser a "experiência mãe da sabedoria" e o que poderia, além da experiência, ser mais preferível no timão de uma Nação?

Concluindo, afirmamos que essa nossa

concordância hoje com a tese da reeleição do Presidente, será manifestada também na Assembléia Nacional Constituinte, se para lá formos delegados pelo Colégio Eleitoral Paranaense.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que necessita para existir uma democracia estável é de partido político. E quem, no sistema partidário, faz a indicação dos candidatos, é o partido. Assim, estabelecida a tese da reeleição, nós não veríamos mais acontecer no Brasil o que acontece hoje: que o Prefeito, o Governador, o Presidente se elegem e esquecem do seu partido. Esta é que a grande verdade da prática política no Brasil, pela proibição da reeleição. Eleitos, o Prefeito, o Presidente, o Governador, não precisam mais de seu partido. E passa, via de regra, a fazer composições e esquecer os companheiros das jornadas políticas. Estabelecida a tese da reeleição e se pretender o ocupante destes cargos, voltarem à reeleição, forçosamente terá que valorizar o partido político, e sem valorização do partido político, não haverá democracia.

Esse mecanismo da reeleição, antes de propiciar a corrupção, antes de estabelecer o continuísmo, estará estabelecendo a possibilidade de termos partidos fortes, de termos partidos que realmente tenham condições de estabelecer quadros, e mais ainda, termos a possibilidade de aproveitarmos a experiência que um cidadão adquire frente à condução de um município, de um Estado ou da própria Nação.

Os grandes estadistas do mundo inteiro se fizeram, porque conseguiram dirigir as suas nações, os seus Estados, por um período razoável de tempo. Ninguém, hoje, na complexidade da vida moderna, num simples período de quatro, cinco anos, como deverá ser fixado o tempo de duração num mandato presidencial, terá condições realmente, de se firmar como uma liderança sólida, e é esta liderança sólida, essa figura dos estadistas, que em determinado momento as nações precisam, e hoje, no Brasil, nós vemos a carência de liderança, a carência dos estadistas, porque o nosso sistema político impede, realmente, que surjam lideranças, que elas se cristalizem, e que elas, realmente, tenham a conceituação definitiva de grandes estadistas na Nação brasileira.

Muito pelo contrário, o sistema adotado da proibição da reeleição tem impedido de que esta rotatividade não deixe exatamente que lideranças políticas, no Brasil, sejam estabelecidas.

Por isso, Sr. Presidente, acredito que quando se levanta a tese da proibição da reeleição de Deputados e Senadores, quando ainda vimos na última semana, nós deveremos

estender esta possibilidade de reeleição que dá ao Vereador, condições de acompanhar por um certo período, a vida política de seu município, que dá a um Deputado Estadual, a possibilidade de acompanhar a vida política do seu Estado, aos Deputados Federais e Senadores de acompanharem de perto por um período razoável de tempo, e numa existência humana de dez, quinze, vinte anos, é tempo muito pequeno na vida de uma Nação.

Estabelecida a proibição da reeleição dos Parlamentares no Brasil, não haverá prejuízo maior para esta nação do que como vem ocorrendo agora, onde não se permite a possibilidade de reeleger o Prefeito, o Governador e o Presidente. Se esse Prefeito está indo bem na sua administração, o povo tem o direito de aproveitar essa experiência, mas se esse prefeito está indo mal, quem vai julgar é o povo, quem vai indicar o candidato novamente é o seu partido. E se esse prefeito, como infelizmente vem ocorrendo, no exercício do seu mandato, desprezar os seus companheiros políticos, oportunisticamente fazer alianças com outros adversários e quebrar - isto que precisa ter, no Brasil, que é a credibilidade no político de ter idéias, de ter um lado, de ter um partido, de ter companheiros.

É a proibição da reeleição que não permite à classe política se afirmar como merecedora da confiança do povo porque a mudança de partido e a possibilidade de mudar de partido tem sido uma sistemática constante nos nossos homens públicos. Este mecanismo da reeleição vai possibilitar exatamente isto que está faltando: de a classe política começar a adquirir credibilidade política.

O Sr. Gernote Kirinus - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Nilso Sguarezi, tão somente para parabenizá-lo pela sua posição, e de fato essa intenção de proibir a reeleição, embora à primeira vista possa parecer que estejamos "advogando" em causa própria, entretanto, reconheço que Vossa Excelência se cobre de razão nos argumentos de que o período que nos é concedido, descontando, inclusive o período de adaptação pós-eleição e o período pré-eleição do trabalho que tem o Parlamentar.

Realmente, resta muito pouco tempo para se dedicar com afinco na representação que lhe é incumbida pelo povo, permissão de uma reeleição, tando de prefeitos como de parlamentar, enfim da classe política, é uma forma também de permitir que o povo faça nas urnas de cada eleição, o julgamento do trabalho que tem realizado, e proibindo a reeleição é o mesmo que retirar do povo o direito que tem, através do

voto, de reconduzir ao cargo aquele que o serviu bem.

Portanto, Vossa Excelência está de parabéns e se cobre de razão e tem o nosso apoio.

O SR. NILSO SGUAREZI - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e queria, finalmente, colocar alguns exemplos de ordem prática. Nos sindicatos, nas federações, via de regra, é permitida a reeleição, nos clubes, na própria empresa, porque há a necessidade de haver uma determinada continuidade; há a necessidade de haver uma certa estabilidade no governo.

E o que vemos ocorrer no Brasil é exatamente isto: é de que há uma pena imposta para não atingirmos a estabilidade. O Brasil, só para citar um exemplo, a cada comando de um novo Presidente, tem períodos total e diametralmente opostos. Os Estados, da mesma maneira, como também os Municípios, porque não dizer do mesmo sentido.

Cabe ao povo dizer se o período foi fértil ou se o período foi eficiente, esta estabilidade deve ser possível de ser atingida. Estabelecer a possibilidade da reeleição não quer dizer que haverá permanentemente a reeleição. Ocorre, isto sim, que estabelecido o princípio, se o ocupante de uma prefeitura, de um governo do Estado ou da Presidência da República pretender ir à reeleição, ele vai se esmerar no exercício do primeiro mandato para ter o credenciamento e a possibilidade de tentar, junto ao seu partido, ser novamente o candidato, o que vale dizer, nós estamos colocando aí um mecanismo para que o cidadão ocupante destes cargos, se esmere no exercício destes mandatos. O que ocorre hoje, é que muitas vezes o cidadão, já sabendo da impossibilidade de ir à reeleição, acaba abandonando o exercício deste mandato para dirigir-se a outro, para ocupar nova função.

Dou dois exemplos concretos nesta Nação, de dois Ministros deste Governo. Há seis meses atrás, foi eleito Prefeito da cidade de Cuiabá, o Sr. Dante de Oliveira. Impossibilitado de continuar naquela Prefeitura, porque precisa um trabalho de certo fôlego para realizar mudanças, principalmente numa Capital de Estado, abandona o cargo de Prefeito e vai ocupar o Ministério da República.

O Governador de Goiás, Íris Resende, larga o governo do seu Estado e vai ser Ministro da República, porque existe o impedimento de quem vem exercendo um bom governo candidatar-se à reeleição.

Por isto, Companheiros, coloco neste momento a tese da reeleição que deveria ser colocada há mais tempo. Mas, exatamente no momento em que se levanta no Bra-

sil, a partir de um ex-Prefeito de São Paulo, tese de impedir a reeleição de Parlamentares ou membros do Poder Legislativo.

Ora, o absurdo desta tese, Senhores! Qual o Legislador que, num simples período de quatro anos, vindo das mais diversas e heterogêneas categorias sociais, ingressa, como por exemplo, no Congresso Nacional? Leva-se dois anos para saber o mecanismo daquela Casa Legislativa! E num período de quatro anos, às vezes, não consegue encaminhar um só projeto, porque há matérias tramitando, como é o caso da regulamentação dos Códigos, no Congresso Nacional, que não é uma lei que se faz de um dia para outro.

O absurdo da proibição da reeleição dos parlamentares, não se deve ver apenas na possibilidade de que muitos, na verdade, acabam se "grudando" ao mandato, e o fazem como meio de vida.

Esta é a exceção à regra. Estes são os maus legisladores. Estes são os que vêm a coisa por si mesma. Porque nós temos que pensar é numa legislação séria, é naquele instrumento que o mandato constitui; as pessoas bem-intencionadas de realmente produzirem para sua Nação.

Mas, nenhum, por mais capacitado, por mais qualificado, idealista e esmerado que seja, só num período de quatro anos que ingressar no Congresso Nacional, tem a possibilidade de dar uma contribuição efetiva, por exemplo, à feitura de um código; do Código Penal, do Código Civil, do Código Florestal, do Código de Águas, de qualquer código que precisa constantemente ser aprimorado nesta Nação.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o absurdo da tese de impedir a reeleição aos Legisladores, deve ser oposto a estendermos este princípio aos Executivos. Porque, como digo, hoje existe uma pena imposta a quem queira fazer da vida política o seu ideal, se ele pertencer, se disputar ou se eleger para um cargo executivo. Estará aí colocada esta pena grave de quem trabalhou direito, de quem foi eficiente, de quem foi honesto, de quem fez um bom governo; está proibido de continuar a ter um governo.

E vale dizer, a sanção maior é contra a Nação brasileira, porque ela não pode ter estabilidade política, ela não pode ter eficiência política, ela não pode ter continuidade.

Então, Srs. Deputados, levanto aqui a tese da reeleição, pura e simplesmente, com a possibilidade que uma nação tem que ter de recrutar aqueles homens que estão indo bem na administração. E não uma tese endereçada a quem quer que seja, que ocupe hoje uma Prefeitura, um Governo de Estado ou até a Presidência da República.



Não se diga depois que subi à tribuna para defender a tese da reeleição de José Sarney, a tese da reeleição dos Governadores, ou dos atuais Prefeitos. Defendi e defenderei, na Constituinte, este princípio da possibilidade da reeleição para os cargos executivos, porque vejo da possibilidade que existe da reeleição dos Parlamentares, e realmente, estes mecanismos, este sistema, esta prática de credenciar os homens públicos a adquirir experiência.

No meu caso pessoal, posso confessar isso, que no primeiro mandato de Deputado, me consideravam leigo e não tinha, realmente, o conhecimento do mecanismo desta Casa.

Sei pelo convívio que tenho com os congressistas nacionais, no próprio Congresso Nacional, da complexidade daquelas Casas, de que se for estabelecido o princípio que o ex-Prefeito de São Paulo quer, nós, na verdade, teremos um Congresso Nacional cada vez mais deficiente, cada vez mais incompetente e cada vez mais envergonhando os homens públicos da Nação. Porque os grandes dissabores que ocorrem no Congresso Nacional, os maus exemplos que lá ocorrem, não são praticados por aqueles Deputados que têm nas costas o exercício de muitos mandatos, que têm a experiência e estão comprometidas as suas vidas políticas com o destino das suas instituições, mas sim, daqueles que, fruto talvez da força econômica de ambições pessoais pela simples glória de deter um mandato, chegam a uma Casa Legislativa e depois nela não cumprem o exercício do mandato dirigido aos interesses populares, mas sim, nas ambições pessoais e na defesa exclusivamente dos direitos ou de privilégios de algumas categorias sociais.

O Sr. Donato Gulin - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Queria agradecer o aparte de Vossa Excelência, e parabenizá-lo pela exposição e pela tese de reeleição que está apresentando.

Realmente, se nós analisarmos o quadro político brasileiro, a história política brasileira, vamos ver que até agora não conseguimos nos consolidar politicamente. Os nossos partidos estão trocando a todo instante. Não existe uma tradição política formada no Brasil, e um dos motivos que nós também vemos é que Vossa Excelência bem expôs neste momento, é o problema da não reeleição dos cargos executivos.

O que vemos, realmente, são prefeitos que são eleitos por alguns partidos e mudam, se bandeiam, normalmente para o partido do Governo, para receber suas benesses e aí acabam as tradições partidárias que deveriam existir em nosso país, principalmente na classe política.

Então, não quero me alongar, quero dizer que Vossa Excelência deve continuar com essa tese de reeleição dos cargos executivos, e que poderá contar inclusive com o nosso apoio, com o nosso trabalho neste sentido, porque entendemos como Vossa Excelência entende, e tenho certeza que o povo brasileiro entende, que a reeleição, as posições executivas do nosso País, são altamente gratificantes para o Estado, para a União e para o Município.

O SR. NILSO SGUAREZI - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Efetivamente, eu gostaria de rebater aqui uma das ponderações das afirmações que levantam os que são contra a reeleição.

Costumam dizer que, permitida a reeleição, o ocupante do mandato teria possibilidade de usar a máquina em proveito próprio. Esta é uma afirmação que vemos comumente, quando se debate o tema da reeleição: "Sou contra a reeleição porque o Presidente usaria a máquina para si, porque o Governador usaria a máquina para si, porque o Prefeito teria a máquina na mão para se reeleger".

Ora, Senhores, isto é uma grande hipocrisia! Se permite, então, que o Prefeito use a máquina para outro, que o Governador use a máquina para outro, o Presidente use a máquina para outro, como é a prática no Brasil, com raríssimas e honrosas exceções.

Ora, usar a máquina para outro é permitido, para si é proibido. O que ocorre é que o povo, num período de quatro anos, fica em permanente observação e julgamento do titular deste mandato e se ele ousar usar a máquina e que tenha sido mal, que tenha se conduzido mal no seu Governo, será mais um argumento ainda para o povo expelir da direção daquela prefeitura, daquele Governo de Estado, da Presidência da República, aquele que, dirigindo mal o Município, o Estado, a Nação, ainda ousa manter-se no poder.

Difícilmente alguém consegue enganar o povo por um período de quatro, cinco, seis anos, mas é fácil enganar o povo numa campanha de noventa dias, quando se pega um ilustre desconhecido que vai fazer o jogo ou ser o joguete na mão daquele que de fato vai exercer o poder, porque vai colocar um seu asseclado àqueles que evidentemente conduzem mal o poder.

Então, eu estou plenamente convencido de que a reeleição para os cargos executivos, antes de ser qualquer possibilidade de continuísmo, ela se constitui exatamente no fortalecimento do partido, porque vai haver o privilegiamento do mesmo e vai se constituir na estabilidade política que o Brasil precisa. Sem estabilidade políti-

ca, sem eficiência da máquina administrativa, esta Nação não vai sair das dificuldades em que se encontra.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço os Deputados que se manifestaram favoráveis à tese, e concito a Casa a manifestar-se contra esta ignomínia que é a proibição da reeleição dos mandatos parlamentares. E falo sem interesse próprio, porque não sou mais candidato a Deputado Estadual; falo com a autoridade moral de não estabelecer a tese a meu favor, pois que sou candidato a Deputado Federal.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e caros Colegas. Estabelecido este princípio da não reeleição dos parlamentares, nós teremos o caos legislativo desta Nação, porque sabem os senhores, e aqui vejo Deputados com exercício de alguns anos de mandato que dedicaram suas vidas à atividade política, que largaram das suas atividades pessoais. Qual o interesse dos homens, realmente idealistas, levar suas vidas por apenas quatro anos?

Qual o atrativo de alguém bem conceituado, bem encaminhado na vida, exercer por apenas quatro anos a atividade política, se é preciso um certo período para se aclimatar, para ter conhecimento do mecanismo desta atividade?

Por isto, estou convencido, e como digo, não falo em proveito pessoal e próprio, mas sim, num princípio que deve ser estabelecido no Brasil para atingirmos a estabilidade política nesta Nação.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Consulta a Liderança do PMDB, se fará uso do seu horário.

Com a palavra, o Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encontram-se na mesa, dois requerimentos nossos, para o qual quero agradecer, desde o início, o espaço que me concede a Liderança, para chamar a atenção dos Srs. Deputados.

O primeiro requerimento visa a criação de uma Secretaria de Estado do Oeste do Paraná, cujas justificativas ainda haveremos de escolher em outras oportunidades e, seguramente, será motivo de debate nesta Casa.

Quero me referir, em especial, ao segundo requerimento, em que peço, Sr. Presidente, o arquivamento do Projeto de Lei n. 140/83, de nossa autoria.

E, ao solicitar o arquivamento deste projeto de lei, que visava transformar a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, então peça da mensagem governamental para ser incorporada na Secretaria da Adminis-

tração, nós, com este projeto, queríamos e visávamos criar a Secretaria do Trabalho da Promoção Humana.

Nós queremos, ao pedir o arquivamento deste projeto, para que não fique solta esta peça na Casa, sem destino que deve ser dado, agradecer o apoio que recebemos dos Deputados na nossa intenção de criar a Secretaria do Trabalho da Promoção Humana, ainda no ano de 1983.

Agradecer em especial aos Srs. jornalistas, e de forma especial ao jornalista Mazza, que quando o Governador José Richa criou a Secretaria do Trabalho, lembrou que existia na Assembléia Legislativa um projeto tramitando neste sentido.

Lembrou até para poder dizer ao então Governador José Richa, que a Assembléia Legislativa também estava preocupada com isto.

É pena, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o então Governador José Richa não lembrou da Assembléia Legislativa, ao criar a Secretaria do Trabalho. Simplesmente ignorou o projeto que aqui tínhamos, e além disso, tinha um compromisso e rogo o testemunho do Deputado Nilso Squarezzi, que na época era Líder do Governo, e havia dito que o Governador pretendia criar a Secretaria e que iria consultar a Assembléia Legislativa, antes de criá-la.

Foi mandada outra mensagem que passou e foi criada a Secretaria Ordinária de Trabalho. Entretanto, nem uma lembrança aos trabalhos desta Casa embasa o nosso projeto.

Então, laconicamente, Sr. Presidente, peço o arquivamento do nosso projeto, e levanto o meu protesto pelo desprestigiamento da classe política parlamentar desta Casa, na época acometida pelo Governador José Richa.

E nós parabenizamos o Governo, por ter criado a Secretaria do Trabalho, que era intenção já nossa e debatida nesta Casa.

Concluo, agradecendo mais uma vez aos Srs. Deputados, aos componentes deste Poder Legislativo e ao jornalismo, pelo apoio recebido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Apenas para registrar que, completando seus primeiros seis meses de uma administração voltada para o campo social, o Prefeito de Curitiba, Roberto Requião, acaba de prestigiar o Poder Legislativo.

Desde a semana passada, o ex-Deputado Estadual Mário Celso Cunha, atual suplente à Assembléia, está respondendo pela Secre-

Secretaria Municipal do Menor, em Curitiba.

Junto com a nova administração municipal do PMDB, Mário Celso tem todas as credenciais para o cargo, uma vez que durante seu mandato presidiu, nesta Casa, a CPI do Menor.

Durante cerca de um ano, sob a coordenação do ex-Deputado, foram ouvidas mais de trinta pessoas envolvidas diretamente com a problemática do menor. Até mesmo a própria Presidente da FUNABEM, na época a Sra. Ecléia Guazelli, veio especialmente a Curitiba para prestar informações à CPI. Na área do Poder Judiciário foram ouvidas várias autoridades, incluindo o próprio Juiz de Menores da Capital, quando foram levantadas sugestões e alterações para o Código Nacional de Menores.

Além de envolver praticamente todos os Deputados desta Casa, na gestão passada, a CPI do Menor contou com a participação do atual Governador, então Deputado Estadual, João Elísio, que foi membro efetivo da Comissão e atuou na coordenação do tema "Menor e sua posição na sociedade". Na oportunidade, João Elísio levantou problemas na área familiar e social do menor, bem como a ação governamental neste campo.

Vários outros Deputados que dignificaram o Poder Legislativo, também foram envolvidos pelo trabalho da CPI presidida por Mário Celso.

Foi o caso do hoje Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Lineu Schwartz, e do Deputado Federal José Tavares, entre outros.

A CPI foi um trabalho digno de ser melhor observado, pois gerou mais de trinta projetos e requerimentos sobre a questão do menor.

Com a experiência acumulada neste campo, Mário Celso passa a enfrentar, por designação do Prefeito Roberto Requião, um autêntico desafio representado pelo problema do menor.

Em todo o mundo, há mais de dois bilhões de menores abandonados, sendo que, somente no Brasil, eles são trinta milhões. Curitiba, como uma grande cidade, já enfrenta este problema com os pés no chão.

A questão do menor foi eleita como uma das prioridades da administração municipal. Passos importantes já foram dados neste campo, como a reforma da Casa do Pequeno Jornaleiro, hoje ocupada por meninos de rua, que ali encontram um lar, alimentação e a prática de ofícios como a serigrafia. Ou ainda, a criação de uma escola específica para o menor abandonado, dotada de uma infra-estrutura completa de esportes, cultura e lazer, ainda em fase de projeto.

Acreditamos que, com a designação de um ex-Deputado para a Secretaria do

Menor, o problema será olhado com mais carinho e dedicação pela Prefeitura, especialmente em função da experiência acumulada por Mário Celso Cunha, neste setor.

Muito obrigado."

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Consulto a Liderança do PFL, se deseja fazer uso do seu horário. (Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Comunista Brasileiro, se deseja fazer uso do seu horário. (Ausente)

Ausente, consulto a Liderança do PDT, se deseja fazer uso do seu horário. (Ausente)

Ausente, consulto a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do seu horário. (Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL, se deseja fazer uso do seu horário. (Ausente).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 30 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Preferência de Votação ao Projeto de Lei n. 137/86, constante da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante da sessão anterior, solicitando Preferência de Votação ao Projeto de Resolução n. 28/86 (Mensagem n. 30/86, ex-Proposição n. 47/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, com apoio do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Preferência de Votação aos Projetos de Resolução n. 42 e 43/86, constantes da Ordem do Dia de hoje. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Preferência de Votação aos Projetos de Lei n. 306 e 330/85 e 90/86, constantes da Ordem do Dia da sessão de hoje. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação ao Projeto de Lei n. 132/86, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n. 73/86, objetivando alterar

dispositivos da Lei n. 7051, de 04 de dezembro de 1978. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando dispensa de votação da Redação Final para todos os projetos aprovados em Terceira Discussão e que não sofreram emendas nas suas tramitações, inclusive os que poderão ser aprovados na sessão do dia 30 do corrente. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando dispensa de Redação Final ao Projeto de Resolução n. 28/86 (Mensagem n. 30/86, ex-Proposição n. 47/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J. - Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de Preferência de Votação acima aprovados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 137/86, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n. 77/86), que objetiva modificar a redação da Tabela B, de que trata a Lei n. 7436, de 29/12/80. (Dispõe sobre a base de cálculo a proventos de inatividade dos Serventuários da Justiça não remunerados pelos cofres públicos). Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Solicitaria que Vossa Excelência anunciasse qual o item da pauta, pois está difícil de localizar, em vista de tanta Preferência.

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Item 17.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu gostaria que Vossa Excelência ao anunciar o projeto, declinasse o número de ordem em que se encontra o mesmo, porque diante de tantas Preferências, não conseguimos efetuar a sua localização.

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) A Presidência tomará providências.

Em votação o Projeto de Lei n. 137/86. - Aprovado, artigo por artigo.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 28/86 (Mensagem n. 30/86, ex-Proposição n. 47/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com o Município de CLEVELÂNDIA, de 31/10/84, objetivando a realização da XII Exposição Agropecuária e Industrial, e com o Município de PRUDENTÓPOLIS, de 21/11/84, visando a realização da I Festa do Mel e II Encontro de Apicultores. Em

Regime de Urgência. - Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 42/86, (Mensagem n. 79/86, ex-Proposição n. 83/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio celebrado em 08/05/86, entre o Estado do Paraná, a FUMEST, FUNDEMAR, FUNEFI e os Municípios de CASCAVEL, TOLEDO, MAL. CÂNDIDO RONDON e FOZ DO IGUAÇU, objetivando estabelecer condições mútuas com a finalidade de criar a Fundação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 43/86 (Mensagem n. 80/86, ex-Proposição n. 84/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Convênio celebrado em 08/05/86, entre o Estado do Paraná, o Município de CAMPO MOURÃO e a Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão, objetivando estabelecer condições mútuas com a finalidade de criação da Fundação Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 306/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DA LAGOA, com sede naquele município e foro na Comarca de Ubiratã. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 90/86, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 55/86, que autoriza o Poder Executivo doar à Guarda-Mirim de Engenheiro Beltrão, a data de terras n. 15, da Quadra n. 36, com 779,80m<sup>2</sup>, situada na sede do Município de Engenheiro Beltrão, objeto do registro n. R01/7599, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 330/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que denomina RODOVIA LUIZ VITORINO MARQUES a estrada que liga a PR-479 Moreira Salles - Tuneiras do Oeste. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Aprovado, artigo por artigo.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 132/86, que objetiva alterar dispositivos da Lei n. 7051, de 04/12/78, que dispõe sobre a estrutura da Coordenação da Receita do Estado - CRE (Estabelece critérios

no sistema da concessão do prêmio de produtividade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 61/86, de 12/06/86, Mensagem n. 73/86).

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 97/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 68/86), que objetiva inclusão no Art. 2.<sup>o</sup>, parágrafo único da Lei Complementar n. 21, de 26/10/84, o item VI, com a redação que especifica. (Revisão de proventos dos aposentados entre a data da Lei n. 7051, de 04/12/78 e 01/03/80). Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Aprovado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela ordem) Solicito chamada nominal, para que se possa verificar a votação pedida pelo Deputado Antônio Belinati.

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Solicito a Sra. Primeira Secretária que proceda a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Eu gostaria que a Mesa registrasse que ainda não foram instaladas as campainhas nos gabinetes dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Será anotado.

(É procedida a segunda chamada nominal)  
Vinte e cinco Srs. Deputados responderam presença. Não há "quorum" para votação. Somente para prosseguimento da sessão.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 13/84, que dispõe sobre a escolha democrática dos Reitores e Vice-Reitores das Universidades Estaduais e dos Diretores das Faculdades Estaduais Isoladas, na forma que especifica, e dá outras providências. - Encerrada a discussão.

#### REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N. 13/84

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.<sup>o</sup> - a lista de nomes indicada pelo Conselho Universitário ou colegiado equivalente para escolha dos Reitores e Vice-Reitores das Universidades Estaduais e dos Diretores das Faculdades Estaduais Isoladas, será formulada após consulta à

comunidade universitária.

Art. 2.<sup>o</sup> - Considera-se comunidade universitária a totalidade dos membros do corpo docente, do corpo discente e do quadro de funcionários em pleno exercício de suas funções.

Art. 3.<sup>o</sup> - A manifestação da comunidade universitária sobre os nomes que compõem as listas a serem analisadas pelo Governador deverá se dar sob a forma de voto direto e secreto dos seus integrantes.

Art. 4.<sup>o</sup> - Os votos do corpo docente, discente e de funcionários serão ponderados numericamente por coeficientes calculados em função do número de componentes de cada grupo na comunidade universitária de modo que as votações totais ponderadas de cada uma das três categorias de votantes sejam equivalentes.

Art. 5.<sup>o</sup> - Dentro de 90 (noventa) dias a contar da aprovação desta lei, os estatutos e regimentos das instituições universitárias deverão sofrer as modificações pertinentes.

Art. 6.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27/06/86.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente

ERONDY SILVÉRIO - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 127/85, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor DANIEL BORGES DOS REIS. - Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n. 65/85, de 27/06/85).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 33/86, objetivando criar, na Secretaria de Estado da Educação, um cargo de provimento em comissão de Inspetor Estadual de Educação, símbolo 4-C. - Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 15/86, de 24/03/86, Mensagem n. 131/86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 126/86, que autoriza o Poder Executivo a contrair, de acordo com as normas operacionais do Banco Nacional de Habitação - BNH, empréstimos até o valor de Cz\$ ..... 199.414.450,00, para atender as responsabilidades financeiras do Estado do Paraná na execução do Programa de Prioridades Sociais - PPS, conforme especifica. - Encerrada a discussão.

#### REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N. 126/86

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica o Poder Executivo autorizado a contrair, de acordo com as normas operacionais do Banco Nacional de Habitação - BNH, empréstimos até o valor de

Cr\$ 199.414.450,00 (cento e noventa e nove milhões, quatrocentos e quatorze mil, quatrocentos e cinquenta cruzados), para atender as responsabilidades financeiras do Estado do Paraná, na execução do Programa de Prioridades Sociais - PPS.

Art. 2.º - Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a garantir, dentro dos limites estabelecidos, os empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Habitação - BNH, a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado e Municípios integrantes do Programa de Prioridades Sociais - PPS.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27/06/86.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente

ADHAIL SPRENGER PASSOS - Relator

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 166/85, de autoria dos Deputados DIRCEU MANFRINATO, NILSO SGUAREZI e DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que torna obrigatória a remessa à Assembléia Legislativa, dos processos de qualquer espécie de licitação da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou vinculadas, e dá outras providências. Com Parecer Favorável da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 189/85, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de urgência. - Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 135/84, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DA REGIÃO DE CIANORTE - ACRENORTE, com sede e foro no Município de Cianorte. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 292/85, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. NELSON VETTORELLO. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 42/86, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. RENÉ ARIEL DOTTI. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Em Regime de Urgência. -

Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 111/86, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que estabelece normas para o registro de Oficinas Mecânicas de Desmanches de Veículos, e dá outras providências. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 95/86, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, criando, na estrutura da Assembléia Legislativa, uma creche destinada a abrigar os filhos de servidores deste Poder, que estejam compreendidos na faixa de zero a seis anos de idade, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da Comissão Executiva e da C.C.J. - Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 26/86, (Mensagem n.07/86, ex-Proposição n. 29/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Convênio celebrado em 11/11/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, com a interveniência do DER, e a autarquia municipal Serviço de Pavimentação de Londrina, objetivando o recapamento asfáltico e a execução de obra tapa-buraco, em vias da municipalidade. - Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 27/86 (Mensagem n. 09/86, ex-Proposição n. 31/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova termos aditivos celebrados em 07/06/85, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com os Municípios de FAXINAL e CURITIBA, visando a complementação de recursos financeiros para execução de obras, com utilização de tecnologia do sistema construtivo de natureza alternativa solo-cimento. - Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 29/86 (Mensagem n. 33/86, ex-Proposição n. 49/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura com os Municípios de CLEVELÂNDIA, 27/11/85, LOBATO, 21/11/85, UNIÃO DA VITÓRIA, 28/11/85, com objetivos que especifica. - Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 30/86, (Mensagem n. 35/86, ex-Proposição n. 51/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova ajuste celebrado em 10/11/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o ministério da Agricultura, visan-

do a execução do teste de progênie em bovino leiteiro no Estado do Paraná. - Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 31/86 (Mensagem n. 38/86, ex-Proposição n. 54/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os convênios celebrados em 09/01/85, entre o Estado do Paraná, através Secretaria do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com a participação da COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros. - Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 32/86, (Mensagem n. 40/86, ex-Proposição n. 57/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o convênio celebrado em 01/11/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e da MINEROPAR, e a Universidade Federal do Paraná, com vistas à execução do Projeto Geológico "Aspectos Estruturais e Estratigráficos do Grupo Açungui no Estado do Paraná". - Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 33/86 (Mensagem n. 42/86, ex-Proposição n. 59/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os termos aditivos firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco e a Fundação Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, com vistas à complementação de recursos e à prorrogação do prazo de vigência dos convênios originários. - Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 34/86 (Mensagem n. 41/86, ex-Proposição n. 58/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o termo de revigoração de 20/12/85, ao convênio celebrado em 17/06/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, e a Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão, com vistas a determinar novo prazo e complementar recursos para a execução do projeto. - Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 35/86, (Mensagem n. 43/86, ex-Proposição n. 60/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e

do Comércio de 19/11/85; com Ministério da Indústria e do Comércio e a Secretaria da Indústria, Comércio e Minas de Pernambuco, de 05/12/85; e Universidade Federal do Paraná, de 27/12/85, todos com objetivos adiante mencionados. - Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 36/86, (Mensagem n. 53/86, ex-Proposição n. 67/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os convênios celebrados em 06/02/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, com interveniência da SUDESUL e os Municípios que especifica, com vistas à recomposição do sistema viário da área impactada pela formação do Reservatório da Hidrelétrica de Itaipu. - Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 37/86, (Mensagem n. 54/86, ex-Proposição n. 70/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o convênio celebrado em 09/12/85, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias do Planejamento, dos Transportes e do DER, e a SUDESUL, objetivando a recomposição do sistema viário regional do Oeste paranaense. - Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 38/86, (Mensagem n. 60/86, ex-Proposição n. 75/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o convênio celebrado em 16/10/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de CORBÉLIA, visando a realização da II Festa das Flores, na municipalidade. - Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 39/86, (Mensagem n. 71/86, ex-Proposição n. 79/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o convênio celebrado em 24/04/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, objetivando a realização do Encontro Nacional de Órgãos Estaduais de Articulação com os Municípios. - Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 40/86, (Mensagem n. 51/86, ex-Proposição n. 68/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o convênio celebrado em 05/02/86, entre o Estado do Paraná e a PETROBRÁS, com a interveniência da PETROBRÁS Distribuidora S/A, do Banco do Estado do Paraná S/A e do DER/PR, objetivando o fornecimento de asfaltos, para aplicação em obras de pavimentação do



sistema viário do Estado do Paraná. - Encerrada a discussão.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 208/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que autoriza o Poder Executivo a criar, na Coordenadoria da Receita do Estado, da Secretaria de Estado das Finanças, o Grupo Ocupacional de Planejamento, Administração e Apoio - "PAA", e dá outras providências. Com Pareceres Contrário da C.C.J., por maioria, e Favorável da C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n. 80/84, de 03/09/84).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 208/84

VOTO EM SEPARADO

O presente projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar, na Coordenadoria da Receita do Estado, o Grupo Ocupacional de Planejamento, Administração e Apoio - "PAA", e dá outras providências.

O projeto, ao nosso ver, não deverá receber a aprovação da douta Comissão de Constituição e Justiça, por ferir dispositivos constitucionais expressos na Constituição do Estado, em seus artigos 47-I e 25, § 1.<sup>o</sup>.

Embora esteja o projeto pautado nas melhores intenções, pelos motivos expostos, não poderemos ser favoráveis à aprovação do mesmo.

Nestas condições, o nosso voto é contrário à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 07/08/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
EDMAR LUIZ COSTA - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 208/84

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar, na Coordenadoria da Receita do Estado, o Grupo Ocupacional de Planejamento, Administração e Apoio, na forma que especifica.

Pretende, com esse trabalho, proporcionar um avanço na Administração, no tocante à estrutura da Coordenação da Receita do Estado, oferecendo-lhe nova organização funcional, "condizente com as necessidades da dinâmica da administração tributária".

Apesar de apresentar-se na forma autorizatória, o plano de lei, em sua justificativa, esclarece que poderá ser executado a custo insignificante, conforme quadro demonstrativo anexado pelo seu autor.

É evidente, e isto fica claro na análise

do anteprojeto, que não se pode mais admitir que o fiscal, que deve ter uma atividade de campo, continue executando funções administrativas, contrariando suas disponibilidades e comprometendo, deste modo, a própria arrecadação. A criação deste Grupo Ocupacional viria em muito contribuir para a distribuição de funções de acordo com o cargo ocupado, passando o fiscal a exercer efetiva atividade fisco-arrecadadora, e deixando as atividades de cunho administrativo para os integrantes do novo Grupo Ocupacional.

Embora apresente alguns vícios sanáveis, de ordem constitucional, constantes em seu bojo, temos a certeza que o presente plano de lei tem incontáveis méritos e vem de encontro às próprias aspirações da Secretaria de Estado das Finanças, no que tange ao aprimoramento do seu Quadro Funcional, sendo, portanto, o nosso Parecer, Favorável à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 07/08/85.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
AUGUSTO CARNEIRO - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 208/84

P A R E C E R:

De iniciativa do ilustre Deputado Rubens Bueno, o plano de lei em análise, pretende criar na Coordenadoria da Receita do Estado, da Secretaria de Estado das Finanças, o Grupo Ocupacional de Planejamento, Administração e Apoio - "PAA", e dá outras providências.

A matéria já foi devidamente examinada pela Comissão de Constituição e Justiça e devido ao seu alto mérito recebeu parecer Favorável do relator designado. Posteriormente, com Voto em Separado, a matéria foi rejeitada, devido ao vício de origem que a caracteriza.

No âmbito desta Comissão de Finanças, que é o de analisar a parte financeira da proposição, não encontramos nada que possa obstar sua tramitação normal por esta Casa.

Sala das Sessões, em 28/04/86.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 195/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI e Outros, que objetiva estruturar o Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica. Sem Pareceres. Em Regime de Urgência. - Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n. 91/85, de 11/09/85).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 62/86, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que objetiva estudar o prazo para contagem de férias em dobro, de exercícios

anteriores a 1985, dentro dos prazos e condições que especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n. 24/86, de 09/04/86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 62/86

P A R E C E R.

O nobre Deputado Nestor Baptista apresenta proposição através da qual pretende assegurar o direito da contagem de férias, em dobro, na forma prevista no "caput" do artigo 150, da Lei n. 6174, de 16/11/70, desde que faça protocolar requerimento junto à repartição em que estiver lotado, dentro do prazo de 90 dias, a contar da vigência da lei ora em estudo.

Apreciando a iniciativa, constatamos a inexistência de impedimento legal ou constitucional à tramitação normal da matéria.

Assim sendo, e convencidos pela justificativa anexa, somos pela aprovação da matéria.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17/06/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
IVAN GUBERT - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 86/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI, que isenta da contribuição do IPE, os servidores inativos filiados ao Instituto. Sem Parecer. Em Regime de Urgência. - Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n. 34/86, de 29/04/86).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 17/86, (Mensagem n. 12/86, ex-Proposição n. 33/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Convênio celebrado em 02/10/85, entre o Governo do Estado do Paraná e a União, por intermédio da Secretaria do Planejamento da Presidência da República e o Ministério da Ciência e Tecnologia, com interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com vistas à consolidação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia. - Encerrada a discussão.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 18/86 (Mensagem n. 15/86, ex-Proposição n. 36/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados em 10/12/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios adiante apontados, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa de Mobilização Energética - PME/PR - Programa de Investimentos em Transportes Urbanos. - Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ênio Wulff, ocorrido no dia 29 de junho do corrente ano, no Município de São Jorge do Oeste. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Antônio Jorge Ribeiro de Camargo, ocorrido no dia 20 de junho do corrente ano. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elias Jacob Dura, ocorrido no dia 25 de junho do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Narcisa Valezi, ocorrido no Município de Campina da Lagoa. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do menor Henrique Tolese de Siqueira, ocorrido no dia 19 de junho do corrente ano, no Município de Almirante Tamandaré. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, com apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando a criação da Secretaria de Estado da Região Oeste Paranaense. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Administração, encarecendo a prorrogação dos contratos de comodato, celebrados entre o Departamento Estadual de Transporte Oficial e a Cooperativa Agrícola Irati Ltda. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, viabilizando a suspensão do Plebiscito marcado para o dia 27 de julho do corrente ano, no Município de Tapira. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de

congratulações ao Jornal "Gazeta do Povo" e à Rede Paranaense de Televisão, pela conquista do primeiro e segundo lugar no Concurso de Reportagens sobre a Estrada de Ferro Central do Paraná. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Município de Clevelândia, pela passagem do 94.º aniversário de Emancipação Política. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, encarecendo a liberação, através da Primeira Secretaria, de auxílio destinado a grupos musicais paraquaios que se apresentarão durante a 38.ª Reunião Anual da SBPC. - À Comissão Executiva, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo uma viatura para atendimento da Delegacia de Polícia do Município de Ipiranga. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo apoio para cercar a Escola Estadual Vila Rica do Espírito Santo - Ensino de Primeiro Grau, do Município de Fênix. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, viabilizando a construção de um refeitório para a Escola Estadual Dom Pedro II - Ensino de Primeiro Grau, do Município de Janiópolis. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a redução do valor pago nas prestações das casas populares, do Município de Iretama. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, viabilizando o envio de máquinas de datilografia para o Colégio Estadual Santo Inácio de Loyola - Ensino de Primeiro e Segundo Graus, do Município de

Fênix. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, viabilizando a destinação de novos armamentos para a Delegacia de Polícia do Município de Engenheiro Beltrão. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da estrada que liga a Usina Sabará - Alcool, à localidade de Ivailândia, até a BR-317, no Município de Engenheiro Beltrão. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a elevação do muro da Escola Estadual Ribeiro de Campos - Ensino de Primeiro Grau, do Município de Goioerê. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de uma ambulância, devidamente equipada, para o Município de Araruna. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de uma ambulância, devidamente equipada, para o Município de Ubatã. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da ACARPA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a destinação de um engenheiro agrônomo para o Município de Roncador. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, viabilizando o envio de um congelador para a Escola Estadual São Judas Tadeu - Ensino de Primeiro Grau, do Município de Quinta do Sol. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da EMOPAR,

por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a reforma do piso da quadra esportiva da Escola Estadual 14 de Dezembro - Ensino de Primeiro Grau, do Município de Peabiru. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo pintura, nas instalações da Escola Estadual Dom Bosco - Ensino de Primeiro e Segundo Graus, do Município de Mariluz. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da ACARPA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a designação de um engenheiro agrônomo para o Município de Mamborê. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de um trevo na BR-369, no acesso ao Município de Juranda. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a criação do Segundo Grau, no Distrito Administrativo de Rancho Alegre D'Oeste, do Município de Goioerê. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a construção de um ginásio de esportes, no Município de Iretama. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a destinação de livros de literatura para a biblioteca do Município de Janiópolis. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo reparos na Escola Estadual Dona Leopoldina - Ensino de Primeiro Grau, do Município de Juranda. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a construção de uma quadra de esportes no

Colégio Estadual João XXIII - Ensino de Primeiro e Segundo Graus, do Município de Mamborê. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, para que o mesmo tome conhecimento dos graves problemas enfrentados pelos funcionários celetistas da Secretaria das Finanças. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo o acompanhamento dos trabalhos da Comissão Paritária sobre os problemas do funcionalismo do Estado. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, para que o mesmo tome conhecimento dos graves problemas enfrentados pelos funcionários celetistas da Secretaria das Finanças. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Deputado Federal Antônio Mazurek, para aprovação, pela Câmara Federal, do projeto de sua autoria, instituindo a Universidade Federal do Oeste do Paraná. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, encarecendo a colocação de coberturas nos pontos de ônibus da Rua Edson Campos Matesich - Jardim Ipê, Santa Felicidade e seus arredores, nesta Capital. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a implantação do Curso de Magistério, a nível de Segundo Grau, no Colégio Estadual Professor Loureiro Fernandes, sede do Complexo Estadual Tiradentes, desta Capital. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a instalação de rede de eletrificação rural entre os Distritos de Barreiro e Baixa Funda, à margem da rodovia que liga os Municípios de Reserva a Cândido de Abreu. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expe-

diente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a ligação asfáltica na estrada que liga os Municípios de Peabiru a Terra Boa. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, viabilizando o atendimento odontológico, no mini-posto de saúde da Escola Estadual Vinícius de Moraes, no Município de Campo Mourão. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte, encarecendo a construção de uma cancha de esportes no Distrito de Alvorada, Município de Pitanga. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da estrada que liga os Municípios de Peabiru a Terra Boa, passando pela placa União. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo serviços de reparos na sinalização da BR-272, por intermédio do DER, no trecho que liga a Cidade de Campo Mourão a Goioerê. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo medicamentos para o mini-posto de saúde do Distrito de Alvorada, Município de Pitanga. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo reparos na sinalização da PR-468, por intermédio do DER, no trecho que liga os Municípios de Janiópolis a Boa Esperança. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Assembléia Legislativa, do artigo intitulado "Parques Nacionais em Grave Perigo", publicado no Jornal "Gazeta do Povo". - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n. 140/83, que dispõe sobre a transformação da Secretaria de Estado de Recursos Humanos em Secretaria de Estado

do Trabalho e Promoção Humana, tendo em vista a sanção do Projeto de Lei n. 51/86, transformado na Lei n. 8286, que criou a Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento da Presidência da República e ao Sr. Presidente da TELEBRÁS, encarecendo que a TELEPAR seja autorizada a reinvestir o seu "superavit" anual de caixa, a fim de suprir as necessidades do Estado, no setor de atendimento e expansão das telecomunicações. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo estudos, no sentido de se estender o ensino de quinta à oitava séries, no Colégio Estadual Barão do Rio Branco, na Vila Guadiana, Município de Mandaguáçu. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo uma revisão nas vantagens dos funcionários que prestam serviços nas CIRETRANS e postos de Serviços de Trânsito. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente Regional de Operações do Banco do Brasil, encarecendo estudos no sentido de se criar a carteira de câmbio autônoma e complexo próprio de soja, para o Município de Maringá. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo que a guarita da PRE seja instalada nas proximidades do Município de Santa Helena, na altura do Município de Céu Azul. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, encarecendo providências no sentido de que seja evitada a construção da "Estrada do Colono" que vai ameaçar o Parque Nacional do Iguaçu. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação do Distrito Judiciário de Bourbonia, do Município de Barbosa Ferraz. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando a construção de uma quadra esportiva no Colégio Estadual Adalto da Silva Rocha - Ensino de Primeiro e Segundo Graus, localizada no Distrito Administrativo de Luiziana, no Município de Campo Mourão. - Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando os Srs. Deputados a se reunirem no dia 1.º de agosto, às 10:00 horas, ressalvada a possibilidade de convocação extraordinária pelo Excelentíssimo Sr. Governador, ou dois terços dos Membros do Poder Legislativo.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA  
DÉCIMA LEGISLATURA  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de hum mil novecentos e oitenta e seis, com a presença dos Srs. Deputados Nelson Guimarães Vasconcellos, Edmar Luiz Costa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Edgard Pimentel, Gilberto Carvalho e Francisco

Escorsin, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, na Sala das Reuniões, com o fim específico de proceder a instalação da respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a Presidência, na forma regimental, de acordo com o Art. 40, parágrafo único do Regimento Interno, o Sr. Deputado Francisco Escorsin. Constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio, verificou-se a apuração dos votos nos nomes dos Srs. Deputados Nelson Guimarães Vasconcellos e Orlando Pessuti, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito o Deputado Nelson Guimarães Vasconcellos, agradeceu aos membros da Comissão, a confiança nele depositada. O Sr. Presidente após determinar que as reuniões serão condicionadas à existência de matéria, indica a funcionária Iolanda Guimarães de Melo de Castro, como Secretária da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim, Iolanda Guimarães Melo de Castro, Secretária da Comissão.

(aa) NELSON VASCONCELLOS - Presidente  
Iolanda G.M. de Castro - Secretária